



Governo da Gente

SECRETARIA DE ESTADO  
DO PLANEJAMENTO



INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO  
DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES



# REGIÃO LITORAL SUL

## INDICATIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO  
INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO  
JONES DOS SANTOS NEVES - IPES

**REGIÃO LITORAL SUL:  
INDICATIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO**

**ANCHIETA  
GUARAPARI  
ITAPEMIRIM  
MARATAÍZES  
PIÚMA  
PRESIDENTE KENNEDY**

GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
José Ignacio Ferreira

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO  
Guilherme Henrique Pereira

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO  
JONES DOS SANTOS NEVES  
Guilherme Henrique Pereira

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
Jussara Maria Chiappane

#### EQUIPE TÉCNICA

Alexandre Belo  
Carlos Eugênio Alves  
Dulce Elisa Lodi  
Inês Brochado Abreu  
José Carlos Oliveira  
Maria Aparecida Scardini Felisberto  
Regina Schiavini da Silva  
Renato Gama  
Terezinha Guimarães Andrade

#### EDITADO PELA GERÊNCIA DE PRODUTOS E RELAÇÕES COM O MERCADO

Ivete Lúcia Orland Abrantes (Coordenação)  
Djalma José Vazzoler  
Eni de Fátima Dezan Lima  
Lastênio João Scopel  
Rita de Cássia dos Santos  
Sandra Soares Marques Campeão

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONAS DOS SANTOS NEVES – IPES. **Região litoral sul: indicativos para o desenvolvimento – Anchieta, Guarapari, Itapemirim, Maratáizes, Piúma, Presidente Kennedy.** Vitória, 2000.

68p.

1. Desenvolvimento econômico – Espírito Santo (Estado). 2. Litoral Sul – Espírito Santo (Estado). 3. Planejamento regional – Espírito Santo (Estado). I. Título.

A área de estudo abordada neste trabalho, denominada *Região Litoral Sul*, abrange os municípios de Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy, os quais conformam a faixa litorânea compreendida entre o município de Guarapari e a divisa do Estado do Espírito Santo com o do Rio de Janeiro.

Possuindo exuberantes recursos paisagísticos e abrigando condições ambientais favoráveis e ecossistemas altamente diversificados, a Região Litoral Sul apresenta elementos potenciais para o desenvolvimento de diversas atividades econômicas, sobretudo dos setores turístico e residencial.

Entretanto, a não-compatibilização dessas atividades com os recursos naturais disponíveis vem gerando modificações no meio físico/natural com elevado grau de desequilíbrio físico-territorial e ambiental, o que tem comprometido seriamente a estruturação do desenvolvimento regional.

Inserido na perspectiva de promover o desenvolvimento da região, o presente trabalho tem por objetivo principal apresentar indicativos de intervenção voltados à elaboração de planos e programas que harmonizem atividades características da economia regional com a preservação de seu potencial natural, histórico, paisagístico e cultural.

O item *Indicativos de Intervenção* destina-se ao cumprimento deste objetivo, apresentando indicativos originados tanto de análises elaboradas através da leitura de trabalhos publicados sobre a área de estudo, quanto da compilação de diretrizes ou recomendações contidas nas mesmas fontes bibliográficas, cuja relação é apresentada no item *Referências Bibliográficas*, ao final deste documento.

Para melhor fundamentar a necessidade das intervenções apontadas, foram incorporadas ao trabalho abordagens sucintas dos principais aspectos físico-geográficos, urbanísticos, econômicos e sociais da área de estudo, as quais compõem o item *Caracterização Geral da Região Litoral Sul*.

Os dados estatísticos referentes à área de estudo são apresentados nas tabelas do Anexo 1 - *Dados Estatísticos*.

## APRESENTAÇÃO

<b>1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO LITORAL SUL .....</b>	<b>5</b>
1.1 Conformação Físico-geográfica.....	5
1.2 Aspectos Populacionais.....	10
1.3 Panorama Urbano.....	11
1.3.1 Ocupação do Solo.....	11
1.3.2 Aspectos Legais da Ocupação do Solo .....	15
1.3.3 Habitação, Serviços e Equipamentos Urbanos .....	17
1.4 Panorama Econômico.....	18
1.4.1 Agropecuária.....	18
1.4.2 Indústria .....	21
1.4.3 Petróleo e Gás .....	22
1.4.4 Comércio e serviços.....	25
1.5 Finanças Públicas Municipais.....	26
1.6 Panorama Social.....	27
1.6.1 Saúde.....	27
1.6.2 Educação .....	28
1.6.3 Segurança Pública .....	29
1.6.4 Emprego.....	29
1.6.5 Estruturas Governamentais e Principais Organizações Sociais .....	30
1.6.6 Desenvolvimento Local .....	30
<b>2. INDICATIVOS DE INTERVENÇÃO.....</b>	<b>32</b>
2.1 Indicativos Urbanísticos e Ambientais .....	32
2.2 Indicativos Econômicos .....	34
2.3 Indicativos Sociais.....	37
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>39</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Região Litoral Sul, Divisão Política .....	7
Figura 2 Região Litoral Sul, Zonas Naturais EMCAPA/NEPUT - 1999 .....	8
Figura 3 Região Litoral Sul - Algumas características das unidades naturais por zonas .....	9

## ANEXO 1 TABELAS - DADOS ESTATÍSTICOS .....

<b>Tabela 1</b> - Área territorial segundo os municípios da Região Litoral Sul, relação com a área regional e estadual e distância entre a sede e a capital.....	<b>42</b>
<b>Tabela 2</b> - Bacias hidrográficas, áreas de drenagem total e municípios com área de contribuição às respectivas bacias na Região Litoral Sul .....	<b>42</b>
<b>Tabela 3</b> - Áreas naturais protegidas da Região Litoral Sul .....	<b>43</b>
<b>Tabela 4</b> - População segundo os municípios da Região Litoral Sul em comparação com o estado e situação de domicílio - 1996 .....	<b>44</b>
<b>Tabela 5</b> - Evolução da população segundo os municípios na Região Litoral Sul e estado - 1970/1998 .....	<b>44</b>
<b>Tabela 6</b> - Taxa média geométrica de crescimento anual da população segundo os municípios da Região Litoral Sul, situação de domicílio, densidade demográfica e comparação com o estado - 1991/1996 .....	<b>45</b>
<b>Tabela 7</b> - População residente segundo os municípios da Região Litoral Sul e por situação de domicílio - 1970/1996 .....	<b>45</b>
<b>Tabela 8</b> - Taxas de urbanização, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1970/1996 .....	<b>46</b>
<b>Tabela 9</b> - Ocupação sazonal dos domicílios urbanos segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1991.....	<b>46</b>
<b>Tabela 10</b> - Histórico da ocupação da Região Litoral Sul .....	<b>47</b>

<b>Tabela 11</b> - Índices relativos de disponibilidade de serviços e ranking do Índice de Desenvolvimento Urbano, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1997.....	48
<b>Tabela 12</b> - Déficit habitacional segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1996.....	49
<b>Tabela 13</b> - Utilização das terras, segundo a Região Litoral Sul e o estado, por áreas de lavoura, pastagens, matas e florestas e terras produtivas não-utilizadas.....	49
<b>Tabela 14</b> - Empregos formais e pessoal ocupado na agropecuária, segundo os municípios da região litoral sul - 1996-1997.....	50
<b>Tabela 15</b> - Participação do valor da produção das principais lavouras da Região Litoral Sul no total produzido no estado - 1996.....	50
<b>Tabela 16</b> - Produção agrícola da Região Litoral Sul - 1996.....	51
<b>Tabela 17</b> - Quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos de origem animal da Região Litoral Sul e participação regional no valor da produção estadual - 1996.....	51
<b>Tabela 18</b> - Produção de leite de vaca e ovos de galinha segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1995-1996.....	52
<b>Tabela 19</b> - Efetivo de bovinos, suínos e aves e participação regional no total do estado do Espírito Santo - 1996.....	52
<b>Tabela 20</b> - Efetivo de bovinos, suínos e aves, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1995-1996.....	53
<b>Tabela 21</b> - Número de unidades industriais e pessoal ocupado, segundo os municípios da região litoral sul - 1997-1998.....	53
<b>Tabela 22</b> - Número de unidades industriais e pessoal ocupado, na Região Litoral Sul, em comparação ao total do Espírito Santo - 1997-1998.....	54
<b>Tabela 23</b> - Empregos formais no setor terciário segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1987/1997.....	54
<b>Tabela 24</b> - Receita total dos municípios do litoral sul por categoria econômica.....	55
<b>Tabela 25</b> - Receitas correntes dos municípios do litoral sul.....	55
<b>Tabela 26</b> - Receitas de transferência dos municípios do litoral sul.....	56
<b>Tabela 27</b> - Despesa total dos municípios do litoral sul.....	56
<b>Tabela 28</b> - Despesa de pessoal segundo os municípios do litoral sul.....	57
<b>Tabela 29</b> - Despesa de investimento dos municípios do litoral sul.....	57
<b>Tabela 30</b> - Esperança de vida ao nascer, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1970/1980/1991.....	58
<b>Tabela 31</b> - Indicadores de saúde segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1996.....	58
<b>Tabela 32</b> - Número de leitos à disposição do SUS, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1995-1998.....	59
<b>Tabela 33</b> - Matrícula inicial na pré-escola, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1994-1998.....	59
<b>Tabela 34</b> - Matrícula inicial no ensino fundamental segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1994-1998.....	60
<b>Tabela 35</b> - Matrícula inicial no ensino médio, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1994-1998.....	60
<b>Tabela 36</b> - Taxa de atendimento escolar na pré-escola, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1996.....	61
<b>Tabela 37</b> - Taxa de atendimento escolar no ensino fundamental, segundo os municípios da região litoral sul -1996.....	61
<b>Tabela 38</b> - Relação aluno/professor no total da matrícula na pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1998.....	62
<b>Tabela 39</b> - Taxa de analfabetismo de 15 anos e mais e população, segundo os municípios da região litoral sul - 1991.....	62
<b>Tabela 40</b> - Percentagem da população de 25 anos e mais com menos de 4, 8 e 11 anos de estudo, segundo os municípios da região litoral sul - 1980/ 1991.....	63
<b>Tabela 41</b> - Mapa da violência nos municípios-pólo do estado do espírito santo - 1998.....	63
<b>Tabela 42</b> - Emprego formal no setor primário, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1987/1997.....	64
<b>Tabela 43</b> - Emprego formal no setor secundário, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1987-1997.....	64
<b>Tabela 44</b> - Emprego formal no setor terciário, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1987/1997.....	65
<b>Tabela 45</b> - Total de empregados <sup>(*)</sup> , segundo os municípios da microrregião metropolitana e por grandes setores de atividade econômica - 1997.....	66
<b>Tabela 46</b> - Despesa de pessoal dos municípios do litoral sul do Estado do Espírito Santo.....	66



# 1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO LITORAL SUL

---

## 1.1 Conformação Físico-geográfica

- A área em estudo, a rigor, compreende três microrregiões administrativas de gestão. Os municípios de Anchieta, Piúma, Itapemirim e Marataízes integram a Metrópole Expandida Sul; Guarapari, a Microrregião Metropolitana; e Presidente Kennedy, a Microrregião Pólo Cachoeiro.

Com área de 2.371,33 Km<sup>2</sup>, a região corresponde a 5,13% do território estadual, perfazendo cerca de 169 Km de faixa litorânea (Tabela 1). Quanto às classes de solos, predominam os Podzólicos e os Latossolos, geralmente ácidos e de baixa fertilidade.

As figuras 1, 2 e 3 apresentam para a região, respectivamente, a Divisão Política e as Zonas Naturais concebidas pela Emcapa/Neput - 1999, nas quais estão expressas informações gerais de temperatura, relevo e umidade e detalham algumas características das Unidades Naturais por zona na Região Litoral Sul.

Em termos gerais, predominam na Região Litoral Sul as seguintes zonas naturais:

- Terras de temperatura *quente* (média mínima entre 11,8° C e 18°C no mês mais frio e média máxima de 30,7°C e 34°C no mês mais quente), de relevo *plano* (declividade menor que 8%, áreas em altitude inferior a 200 m; tabuleiros costeiros, com presença de áreas inundáveis e solos com influência marinha, arenosos, costeiros e de mangue) e *secas* (com 6 a 6,5 meses de estiagem ao ano). Esta zona natural abrange 28% do território regional.
- Terras quentes e secas, como na zona acima, porém com relevo *acidentado* (declividade maior que 8%, com grande variabilidade local de ambientes em função de diferenças nos solos e na exposição à radiação solar). Esta zona natural representa também 28% da área regional.

É interessante destacar que a região possui, nos municípios de Guarapari e Anchieta, terras de temperaturas *amenas*, *acidentadas* e *chuvosas*, representando 3% do território, chegando os termômetros a registrar a média mínima de 9,4°C no mês mais frio. Esta zona possui altitudes que variam de 450 m a 850 m, com a presença de inúmeros cursos e quedas d'água, o que a potencializa ao turismo de montanha, conjugado ao turismo litorâneo.

Dentre as bacias hidrográficas de maior importância (Tabela 2) destacam-se as dos rios Itabapoana, com 6.504 Km<sup>2</sup> de área total de drenagem, sendo 753 Km<sup>2</sup> na região; Itapemirim, com área de 5.620 Km<sup>2</sup> e 494 Km<sup>2</sup> na região; e Benevente, com 1.190 Km<sup>2</sup> de drenagem total, sendo 599,2 Km<sup>2</sup> na região. No município de Guarapari, a bacia hidrográfica do rio Guarapari é de fundamental importância, pois 93% dos 325 Km<sup>2</sup> da área de drenagem encontram-se em seu território.



O rio Jucu tem grande importância por ser, juntamente com o rio Santa Maria da Vitória, manancial de abastecimento doméstico e industrial da Região Metropolitana.

Do ponto de vista da biodiversidade, a existência de quadros naturais qualifica a região como importante fonte de recursos ambientais, destacando-se diversas áreas naturais protegidas, como, por exemplo, o Parque Estadual Paulo César Vinha e o Arquipélago das Três Ilhas. Segundo informações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Tabela 3), existem na região cerca de 15 áreas naturais protegidas por lei, das quais 10 são estaduais e 5 municipais.

Quanto à estrutura rodoviária, destacam-se as rodovias BR-101 e ES-060 (Rodovia do Sol), as quais assumem papéis diferenciados no contexto regional. O conjunto das demais rodovias, apesar de promover articulações entre as zonas interioranas e costeiras, não chega a constituir uma malha rodoviária de expressão regional, limitando-se a fluxos de circulação de menor intensidade.

Enquanto a BR-101 atua como corredor de circulação de mercadorias e de passageiros em âmbito nacional, integrando a região com os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais e articulando ligações com os municípios estaduais, a ES-060 representa o mais importante elemento de integração entre o litoral sul e a Região Metropolitana da Grande Vitória, atuando também como o principal eixo de ligação e articulação intra-regional.

Em termos de estrutura ferroviária, destaca-se o Projeto da Ferrovia Litorânea Sul. A ligação ferroviária Vitória—Rio de Janeiro, efetuada pela FCA, pode ser decomposta em dois trechos: um, que liga Vitória a Cachoeiro de Itapemirim, e outro, que vai de Cachoeiro de Itapemirim ao Rio de Janeiro.

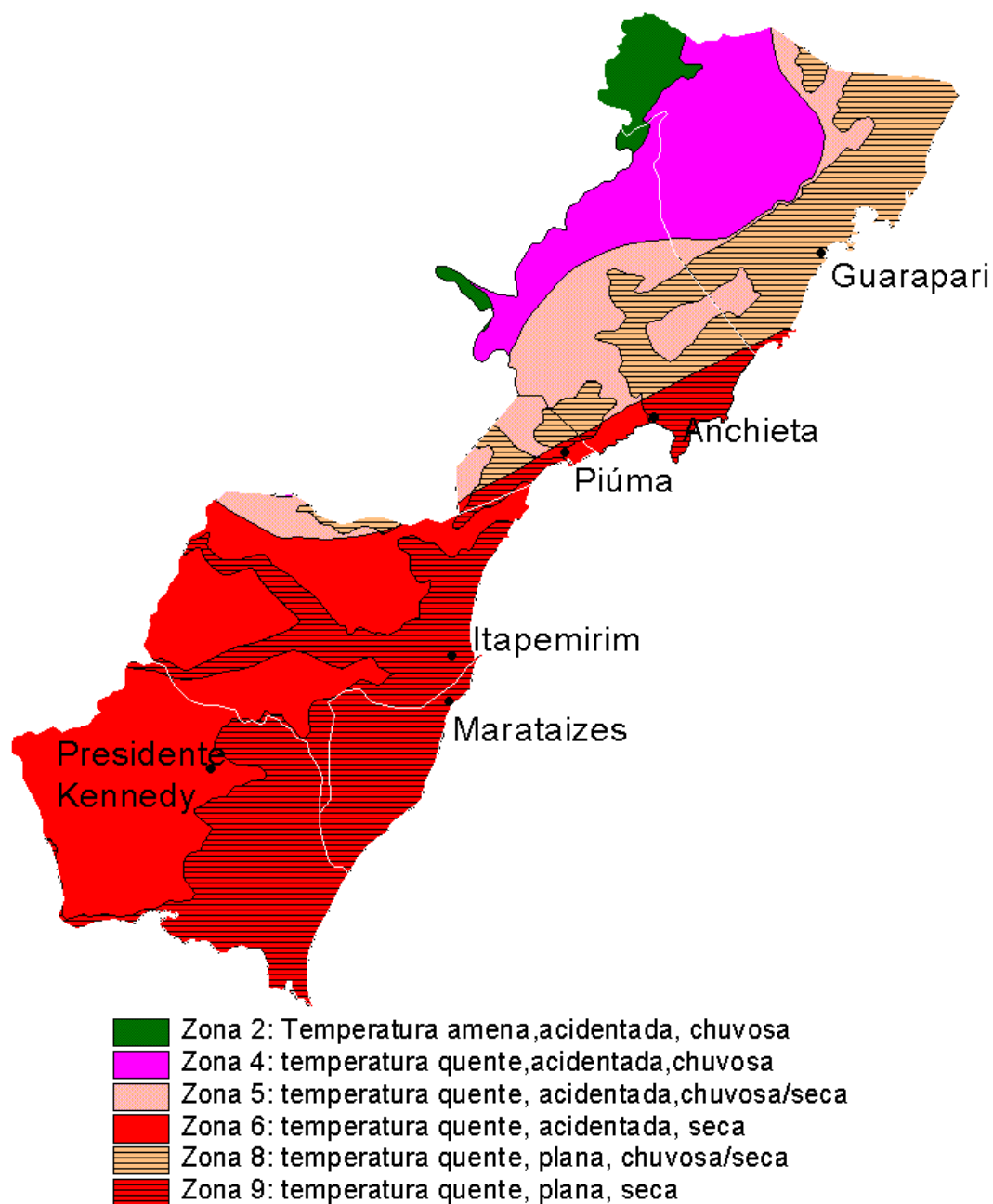
Para sua viabilização, foi firmado um Protocolo de Intenções, datado inicialmente de março de 1997 e ampliado em junho e julho do mesmo ano, com a adesão de mais duas empresas, contanto com as seguintes instituições:

- Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo (Aderes);
- Brasileira de Mármore e Exportadora Ltda. (Braminex);
- Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST);
- Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM);
- Ferrovia Centro Atlântica S.A. (FCA);
- Interférrea S.A. – Serviços Ferroviários Intermodais;
- Samarco Mineração S.A.;
- Sindicato do Comércio de Importação e Exportação Espírito Santo (Sindiex).

**Figura 1 – Região Litoral Sul, Divisão Política**









Figura 2 – Região Litoral Sul, Zonas Naturais EMCAPA/NEPUT - 1999



Fonte: Unidades naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999) processada em GIS (FEITOZA, H.N, 1998)

**Figura 3 - Região Litoral Sul - Algumas características das unidades naturais<sup>1</sup> por zonas**

ZONAS	Temperatura		Relevo	Água												
	média min. mês mais frio (°C)	média máx. mês mais quente (°C)		Declividade	Nº Meses secos <sup>2</sup>	Meses secos, chuvosos/secos e secos <sup>3</sup>										
			J			F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Zona 2: <b>Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e Chuvosas</b> 	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	> 8%	1,0	U	U	U	U	U	U	U	P	P	U	U	U
				2,5	U	P	U	U	U	P	P	P	P	U	U	U
Zona 4: <b>Terras Quentes, Acidentadas e Chuvosas</b> 	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	> 8%	2,5	U	P	U	U	U	P	P	P	P	U	U	U
Zona 5: <b>Terras Quentes, Acidentadas e Transição Chuvosa/Seca</b> 	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	> 8%	4,5	U	P	P	P	P	P	P	S	P	U	U	U
				5,0	P	P	P	P	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 6: <b>Terras Quentes, Acidentadas e Secas</b> 	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	> 8%	6	P	S	P	P	P	P	P	S	P	P	U	U
				6	U	P	P	P	P	P	S	S	S	P	U	U
				6,5	P	S	P	P	P	P	S	S	P	P	U	U
Zona 8: <b>Terras Quentes, Planas e Transição Chuvosa/Seca</b> 	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	< 8%	4,5	U	P	P	P	P	P	P	S	P	U	U	U
				5,0	P	P	P	P	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 9: <b>Terras Quentes, Planas e Secas</b> 	11,8 - 18,0	30,7 - 34,0	< 8%	6	P	S	P	P	P	P	P	S	P	P	U	U
				6	U	P	P	P	P	P	S	S	S	P	U	U
				6,5	P	S	P	P	P	P	S	S	P	P	U	U

<sup>1</sup> Fonte: Mapa de Unidades Naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999)

<sup>2</sup> Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco.

<sup>3</sup> U – chuvoso; S – seco; P- parcialmente seco.

## 1.2 Aspectos Populacionais

A migração campo/cidade registrada em âmbito estadual na década de 70 provocou o incremento da população da Região Litoral Sul, estimada em 164.090 habitantes, em 1996, o que representa cerca de 6% da população estadual (Tabela 4).

Observa-se na região um incremento populacional de 30% entre 1970 e 1980 (Tabela 5); de 1980 a 1991 o crescimento foi ainda maior: 40%; e entre 1991 e 1996 a tendência verificada foi ainda de incremento, porém bem menor: de 17%. Entre 1970 e 1996 o crescimento total da população foi de 113%, resultado do dinamismo regional que atraiu a população capixaba e turistas externos à região.

A “explosão populacional” do Litoral Sul é confirmada pelos índices de densidade demográfica verificados na maioria dos municípios (Tabela 6), como, por exemplo, Piúma (165,54 hab/km<sup>2</sup>) e Guarapari (123,09 hab/km<sup>2</sup>), elevados em relação ao estadual (60,68 hab/Km<sup>2</sup>).

Todo este incremento populacional, que eleva para 77% a participação da população urbana na região, intensificou significativamente a expansão das sedes municipais e de núcleos litorâneos de maior importância, acarretando forte pressão sobre o uso da terra, muitas vezes gerando ocupações irregulares na área urbana.

A forma espontânea e precária de assentamentos destinados a grande parte desta população implica impactos significativos no que tange tanto às condições habitacionais, quanto à degradação do meio físico e do meio ambiental destes locais, resultando em grave comprometimento da qualidade de vida.

No quinquênio 1991-1996 a taxa média geométrica de crescimento anual da população urbana revelou-se extremamente elevada (4,84% a.a.), bem acima da taxa estadual, de 2,49% a.a., conforme Tabela 4.

Os dados relativos aos últimos três censos demográficos (Tabela 7) revelam que todos os municípios da região tiveram incremento em sua população urbana entre 1970 e 1996, ao contrário das áreas rurais, que perderam população ou praticamente estagnaram. A exceção foi o município de Presidente Kennedy, onde a predominância da população rural foi mantida desde a década de 70. Os municípios de Piúma e Guarapari apresentaram as maiores alterações de população urbana na região, atingindo índices de crescimento superiores a 90%.

Na evolução das taxas de urbanização (Tabela 8), consideradas como o percentual da população urbana em relação à população total, os municípios de Guarapari e Piúma destacam-se, por apresentarem índices superiores a 90% nos anos de 1991 e 1996. Piúma, apesar de se constituir no menor município do Estado, possuindo 74 km<sup>2</sup> de área e somente 8 km de faixa litorânea, foi o que apresentou a maior taxa de crescimento, tanto da população total quanto da população urbana, no período 1991/1996, qual seja, 5,33% e 5,95%, respectivamente.

Em paralelo ao crescimento efetivo da população residente, a sazonalidade das atividades litorâneas acarreta anualmente incrementos populacionais de extrema importância para o conjunto dos municípios da região, intensificando a ocupação do

solo, através da instalação de segundas residências destinadas a veraneio e ampliando fortemente a necessidade de investimentos no que se refere aos aspectos de infra-estrutura e de serviços urbanos.

A despeito de não existirem dados recentes que possam aferir a ocupação sazonal dos domicílios urbanos para a totalidade do Litoral Sul, a partir de dados do Censo Demográfico de 1991 do IBGE (Tabela 9) estima-se que cerca de 39% dos domicílios – média considerada elevada para os municípios – são classificados como não-ocupados, o que demonstra o grau de importância deste fenômeno na região, destacadamente nos municípios de Piúma e Guarapari, com 51,15% e 49,35%, respectivamente, de domicílios não-ocupados.

Este índice e o quantitativo de áreas ocupadas por imóveis destinados ao uso sazonal, além de demonstrarem a predominância de residências e apartamentos de veraneio sobre os meios formais de hospedagem, tais como hotéis e similares, evidenciam um dos impactos negativos da sazonalidade sobre a estruturação urbana da região, qual seja, o da ociosidade da infra-estrutura instalada nos meses de baixa temporada.

No caso do fornecimento de água potável, por exemplo, a análise dos dados da Cesan sobre o volume de consumo residencial de água nos últimos quatro anos, nos municípios de Piúma e Guarapari, demonstra os efeitos da sazonalidade sobre a oferta deste serviço, cuja demanda em épocas de temporada é aproximadamente duas vezes maior que a registrada nos meses de baixa temporada. No município de Piúma, destaca-se o ano de 1999, quando o consumo no mês de fevereiro foi cinco vezes maior que o correspondente ao mês de consumo mais baixo.

Desta forma, as residências de veraneio podem ser apontadas como o fator numericamente mais expressivo de urbanização, revelando um dinamismo que se mantém mesmo em períodos de crise do setor da construção civil, obviamente em ritmo menor. Em termos ambientais, o caráter impactante da atividade de veraneio é diretamente relacionado à capacidade dos poderes públicos de disciplinar o uso do território municipal.

## **1.3 Panorama Urbano**

### **1.3.1 Ocupação do Solo**

A ocupação da Região Litoral Sul inicia-se ainda no século XVI (Tabela 10), com a instalação dos primeiros núcleos de colonização ao longo de sua zona costeira, estendendo-se ao interior da região à época da migração italiana.

Ao longo dos anos, o padrão de ocupação litorânea fortaleceu-se e determinou a conformação territorial da região, através do surgimento de núcleos urbanos que atingiram elevada complexidade. A ocupação desordenada do solo e os efeitos decorrentes do caráter sazonal das atividades litorâneas destacam-se como os fatores que atuam mais intensamente na conformação urbana da região, a qual, genericamente, caracteriza-se por expansões predatórias ao longo do litoral.

Desde a década de 70, sobretudo em função da ES-060 — Rodovia do Sol —, da definição da Terceira Ponte, que liga Vitória e Vila Velha, do êxodo rural, que promoveu migrações do interior para a faixa litorânea, e da implantação da Samarco Mineração S.A., a ocupação da malha urbana regional processou-se indiscriminadamente sobre áreas sem aptidão física para a urbanização, muitas vezes com cobertura vegetal de interesse para preservação.

A Rodovia do Sol tornou-se o mais expressivo vetor de crescimento da região, tendo integrado os principais sítios urbanos entre si e com a Região Metropolitana da Grande Vitória, interligando-os ao município de Vila Velha, através de um único eixo rodoviário. Já a rodovia federal BR-101, que atravessa os municípios de Guarapari e Anchieta e parte do município de Itapemirim, apesar de concentrar em suas proximidades as ocupações de maior expressão no interior da região, não proveu, contudo, grau de urbanização comparável ao registrado na faixa costeira.

Com a inauguração da Terceira Ponte (que liga os municípios de Vitória e Vila Velha), ao final dos anos 80, o acesso imediato da região norte da RMGV à Rodovia do Sol levou à intensificação do fluxo de veranistas em direção às praias do Sul do estado, gerando o parcelamento indiscriminado de áreas distribuídas ao longo da rodovia, além da expansão e do adensamento das sedes municipais e de localidades de menor porte localizadas na faixa litorânea.

Atualmente, além de diversas áreas naturais protegidas, inclusive Unidades de Conservação legais, a região abriga aglomerações que alcançam destaque na problemática urbana do próprio estado, constituídas por conjuntos urbanos de médio porte, decorrentes da conurbação de núcleos veranistas e de sedes municipais expandidas, como, por exemplo, as regiões de Guarapari, Piúma e Marataízes.

Segundo estudos realizados pelo Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves", por exemplo, a mancha urbana litorânea no trecho Vila Velha—Anchieta ampliou-se em 10 vezes no período compreendido entre as décadas de 70 e 90.

Excetuou-se parcialmente deste processo o município de Presidente Kennedy, uma vez que a sede municipal não está localizada na faixa costeira da região e que a pavimentação da Rodovia do Sol interrompe-se no município de Marataízes, não alcançando o distrito litorâneo de Morobá, o qual, através das praias de Morobá e das Neves, atinge o limite entre os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Recentemente, a definição pela duplicação da Rodovia do Sol no trecho Vila Velha—Meaípe acarretou uma nova movimentação imobiliária sobre as áreas circunvizinhas à rodovia, fato que certamente repercutirá sobre a atual conformação urbano-ambiental de toda a faixa litorânea sul, sobretudo em função de novos processos de adensamento e parcelamento do solo urbano, os quais deverão ocorrer a partir da primeira década do ano 2000.

Com a vinda das maiores empresas de petróleo para a costa capixaba, tais como Texaco, Esso, Agip, entre outras, as atividades de prospecção e produção de petróleo e gás também deverão, a médio prazo, provocar impactos no tecido urbano da região, o que requer uma imediata postura das prefeituras e Governo do Estado, que



deverão preparar-se para exercer um efetivo controle dos efeitos produzidos por estas atividades, para que não se agucem ainda mais seus problemas urbanos e ambientais.

A despeito da existência de delimitações legais de perímetro urbano, toda a extensão litorânea sul, do município de Vila Velha até a divisa do Espírito Santo com o Rio de Janeiro, apresenta atualmente uma seqüência de núcleos urbanizados com dimensões variadas, cuja continuidade é interrompida, em geral, por áreas comprometidas com grandes loteamentos ainda vazios e por áreas naturais protegidas.

O município de Vila Velha, inserido na conurbação da Região Metropolitana da Grande Vitória, particulariza-se no contexto da Região Litoral Sul. Por mais que sua área central incorpore uma lógica diferenciada de crescimento, a expansão de grande parte de seu litoral apresenta características semelhantes às registradas em toda a faixa litorânea sul, demandando, portanto, intervenções integradas às definidas para o conjunto da região em estudo.

A urbanização intensiva da orla municipal interrompe-se por toda a extensão da Reserva Estadual Ecológica de Jacarenema, localizada entre o entroncamento das rodovias do Sol e Darly Santos e a foz do rio Jucu, no balneário de Barra do Jucu, sendo retomada em padrão significativamente diferenciado até a divisa do município de Vila Velha com o de Guarapari, trecho em que são percebidos inúmeros loteamentos de variadas tipologias e graus de ocupação.

Dentre as áreas que apresentam alta densidade de ocupação, predominam grandes ocupações de padrão popular ou de baixa renda, destacando-se o bairro de Terra Vermelha e sua área de entorno, denominada de Grande Terra Vermelha. Quanto aos loteamentos de melhor padrão, localizados à margem esquerda da Rodovia do Sol, observa-se que estão perdendo o caráter veranista de poucos anos atrás, adensando-se gradativamente enquanto locais de residência destinados a faixas de renda mais elevadas, sobretudo às de classe média.

Os loteamentos de pouca ou nenhuma ocupação, apesar de já comprometerem territorialmente o litoral do município, estabelecem rupturas na continuidade do conjunto urbanizado, determinando grandes vazios, que aparentemente guardam pouca relação com o adensamento existente em áreas próximas ou adjacentes.

O município de Guarapari, recentemente inserido na Região Metropolitana da Grande Vitória, tem em sua sede a principal representação da problemática urbana municipal. Entretanto, destacam-se em seu litoral importantes núcleos de veraneio que apresentam grave comprometimento da qualidade urbana e ambiental, como os balneários de Setiba, Santa Mônica, Praia do Morro e Meaípe.

Contido na Área de Proteção Ambiental de Setiba, que vai da divisa de Guarapari com Vila Velha até o balneário de Setiba, o Parque Estadual Paulo César Vinha promove uma ocupação particularizada de toda a área localizada à esquerda da rodovia, que deverá adequar-se às diretrizes e condicionantes determinadas em plano de manejo, que definirá o zoneamento ecológico-econômico do parque.

À margem direita da rodovia, neste mesmo trecho, as ocupações observadas não apresentam importância significativa, tendo em vista a ausência de grandes parcelamentos. Todavia, destaca-se a degradação de áreas destinadas à extração de areia, sobretudo nas proximidades de Setiba, atividade esta que representa sério risco ambiental para a região, inclusive com impactos sobre a área de preservação do parque.

As áreas urbanizadas de Setiba, Perocão, Santa Mônica, Praia do Morro, e a própria sede municipal, constituem a extensão de maior densidade populacional do município.

Sem interrupções significativas, este trecho caracteriza-se urbanisticamente pela ocupação desordenada de áreas sujeitas a pressões imobiliárias e a implantação indiscriminada de instalações comerciais, o que acarreta sucessivas modificações em seu território, remodelando-o continuamente e promovendo conurbações que apresentam elevado grau de deficiências urbanas, sobretudo quanto aos sistemas de circulação viária e de saneamento.

Obviamente, a cidade de Guarapari sobressai-se neste contexto, alcançando níveis de complexidade e degradação decorrentes do excessivo processo de adensamento vertical por que vem passando nos últimos anos. Tal processo comprometeu fortemente sua configuração urbana e o desempenho satisfatório de diversas atividades relacionadas diretamente tanto às condições de uso e de ocupação do solo, quanto à capacidade de atendimento dos sistemas de infraestrutura locais.

Entre a área central da cidade de Guarapari e o balneário de Meaípe, a praia de Graçaí promove breve interrupção na urbanização do litoral, que é retomada em Nova Guarapari e Meaípe, balneários que, por apresentarem elevados índices de expansão e adensamento, inclusive vertical, já despontam como importantes pontos de estrangulamento urbano do município.

No município de Anchieta, a configuração urbana diversifica-se em função da topografia acentuada no percurso da Rodovia do Sol, a qual provoca significativo desnível entre o leito da rodovia e as ocupações ao nível do mar.

Ubu, Parati e Castelhanos, balneários pouco visíveis a partir da rodovia, encontram-se em franco processo de expansão, sendo percebidos indícios de conurbação a médio prazo, o que deverá comprometer áreas frágeis à urbanização. Também as instalações da Samarco Mineração S/A agravam a problemática urbana neste trecho do litoral, causando interferências tanto sobre a orla marítima, devido à localização do porto, próximo aos balneários, quanto sobre a lagoa, devido às instalações de sua planta industrial.

À margem direita da rodovia, a Lagoa de Maimbá impede a continuidade de parcelamentos significativos, configurando um espaço pouco adensado mas de grande fragilidade ambiental, devendo ser alvo de políticas e mecanismos rigorosos de ocupação do solo. A intensidade da urbanização mostra-se relativamente moderada até a sede municipal de Anchieta, sendo observadas ocupações de caráter pontual, sem expressivos contínuos urbanos.

Comparativamente às demais sedes municipais, a cidade de Anchieta apresenta menor densidade de ocupação e um processo mais moderado de expansão. São significativas na composição do sítio urbano local as edificações de interesse histórico, a Estação Ecológica Municipal de Papagaio, que inclui extensa zona de manguezal adjacente à foz do rio Benevente, e o percurso da Rodovia do Sol, que atravessa toda a área central da cidade, integrando-se ao sistema viário urbano enquanto via de acesso e de distribuição do tráfego local.

Após Anchieta, o trecho Iriri—Itaóca, no município de Piúma, sobressai como um dos mais problemáticos do Litoral Sul. A expansão das localidades contidas neste percurso da rodovia promoveu o surgimento de uma grande extensão de áreas urbanizadas com elevado grau de adensamento, sendo registradas importantes dinâmicas de conurbação. Neste sentido, destacam-se Iriri e Piúma, em franco processo de conurbação, bem como Itaipava e Itaóca, balneários já consolidados como um único espaço urbano.

Observa-se que, assim como ocorre na cidade de Anchieta, a Rodovia do Sol perpassa toda a extensão central das áreas urbanas de Piúma, Itaipava e Itaóca, o que acarreta o desvio de suas funções viárias, uma vez que a rodovia absorve o tráfego interno destas áreas e assume características de via local.

A Área de Proteção Ambiental Estadual de Guanandy, localizada entre Itaóca e Barra do Itapemirim, originou a ruptura da urbanização nas áreas de entorno à praia do Pontal, as quais apresentam índice zero de ocupação.

Os municípios de Itapemirim e Marataízes têm em suas sedes outra importante representação do processo desordenado de ocupação do Litoral Sul, uma vez que a expansão urbana promoveu a conurbação destas duas cidades, conformando um conjunto urbano cujo grau de integração impossibilita distinguir os limites territoriais e administrativos destes dois municípios.

Marcada pelo fim da pavimentação da Rodovia do Sol, a urbanização no município de Presidente Kennedy apresenta particularidades significativas no contexto físico-espacial do Litoral Sul, em particular devido ao fato de localizar-se a sede municipal, diferentemente do que ocorre nos demais municípios litorâneos, em território distante do litoral e não ter sofrido alterações decorrentes da construção da rodovia.

A despeito da existência de alguns loteamentos, o distrito de Morobá, localizado na faixa costeira do município e principal área de influência dos impactos diretos da Rodovia do Sol, apresenta dinâmica de ocupação relativamente baixa, sobretudo na região que se estende de Praia das Neves à divisa do Espírito Santo com o Estado do Rio de Janeiro.

### 1.3.2 Aspectos Legais da Ocupação do Solo

A análise dos instrumentos jurídico-institucionais, em termos gerais, demonstra ausência de planejamento estratégico por parte do Governo estadual e dos governos locais, sendo poucas as ações executivas ou legislativas referentes ao planejamento

regional da ordenação do território e à preservação dos recursos naturais disponíveis.

A inexistência de planos diretores e de programas que integrem o desenvolvimento urbano ao meio ambiente e à socioeconomia local e a não-instalação de conselhos populares demonstram a ineficiência de ações locais para gerir pressões sobre a expansão urbana na região, as quais, como demonstram as análises da dinâmica populacional, atingiram graus extremos durante as últimas décadas.

Dos cinco municípios que integram o Litoral Sul, somente Marataízes possui um anteprojeto de lei de Plano Diretor Urbano. Este, porém, conforme análise do IPES, dificilmente seria implementado, por apresentar lacunas expressivas com relação ao parcelamento do solo, além de diversas incorreções com relação ao uso do solo urbano.

O município de Piúma, com vistas a elaboração futura de Plano Diretor, possui apenas estudos de diretrizes básicas realizados em 1998 pelo Laboratório de Planejamento e Projetos da Universidade Federal de Espírito Santo (UFES), em convênio firmado com a EMBRATUR.

Por outro lado, a maior parte das leis que controlam o parcelamento e a ocupação do solo urbano não é levada em consideração no processo de expansão das manchas urbanas situadas na região. É comum a expansão processar-se através de loteamentos irregulares, sem observância da Lei federal n.º 6766/79 e da Lei estadual n.º 3384/80, ou mesmo através de ocupações espontâneas e invasões de áreas de proteção ambiental, como, por exemplo, mangues, alagados, restingas e encostas.

Tais práticas resultam em empreendimentos com pequenos lotes, nos quais os alinhamentos definem logradouros estreitos e demarcação de ruas e lotes sem as devidas soluções de continuidade, planejamento ou hierarquização, gerando custos sociais elevados, tanto pelo impacto na saúde dos moradores, quanto pelo custo da urbanização feita posteriormente.

É válido ressaltar que nos últimos anos a oferta de lotes no Litoral Sul foi inovada, despertando o interesse de compradores em potencial e o entusiasmo dos empresários para empreendimentos mais arrojados. A tônica imobiliária dos anos 80 centrou-se na aquisição da “casa para finais de semana”, sendo os lotes anunciados como porções de verdadeiros paraísos naturais localizados próximo a praias, lagos e lagoas da região.

É neste contexto que surge a figura dos loteamentos fechados, também conhecidos como loteamentos especiais, loteamentos “privês”, loteamentos em condomínio, loteamentos horizontais, clubes residenciais, e tantas outras denominações constantes em anúncios publicitários.

Tais empreendimentos imobiliários, no entanto, não encontram fundamento legal, não podendo portanto ser aprovados e implantados. Mesmo assim, empreendedores aproveitam-se da negligência da fiscalização municipal e estadual, criando verdadeiros “monstros urbanísticos”, que são irregulares perante a lei de loteamentos, que

são irregulares diante da lei de condomínios e que, muitas vezes, estão em desacordo com a legislação de proteção ambiental. Por conseguinte, não podem, sob nenhuma hipótese, ser registrados no Cartório de Registro Imobiliário.

Em resumo, em face da desorganização estrutural das administrações municipais e diante da inexistência de legislação municipal, especificamente de ordenamento do solo e do meio ambiente, vê-se a necessidade de diagnosticar, planejar, fiscalizar e racionalizar a utilização do solo e proteção dos recursos naturais na região.

### 1.3.3 Habitação, Serviços e Equipamentos Urbanos

As necessidades habitacionais da região estão refletidas no déficit habitacional estimado pelo IPES para o ano de 1996. Tal indicador contempla tanto o caráter quantitativo do déficit — necessidade de construção de novas moradias — quanto o qualitativo — necessidade de melhoria das edificações. O déficit total é calculado pela soma das variáveis “coabitação” e “nº de domicílios rústicos”. Dividindo-se este valor pelo número de domicílios particulares permanentes (ocupados), obtém-se o déficit habitacional relativo.

Para o Estado, o estudo do IPES (Tabela 11) estima um déficit relativo de 9,59%, sendo que todos os municípios da Região Litoral Sul apresentam valores superiores a este patamar. Destaca-se a situação de Presidente Kennedy, cujo déficit relativo é de 17,03% e o percentual de domicílios rústicos é de 13,30%.

Para avaliar os serviços e equipamentos urbanos, considerou-se como elemento de análise o Índice de Desenvolvimento Urbano - IDU, calculado pelo IPES para o ano de 1997. O IDU é um índice que sintetiza a disponibilidade relativa dos serviços e equipamentos urbanos básicos expressos através de variáveis consideradas relevantes na representação do processo de desenvolvimento urbano. As variáveis consideradas são: energia, comunicação, água, esgoto, lixo, educação, saúde e comércio.

Para a maioria dos municípios da região considerada (Tabela 12), o IDU varia entre 0,3356 e 0,5866. A título de comparação, vale ressaltar que o maior índice do Estado é de 0,9046, que é relativo ao município de Vitória. O município de Piúma destaca-se por se encontrar em 6º lugar no ranking dos 77 municípios do Estado, e o de Presidente Kennedy por sua situação precária, encontrando-se em 72º lugar.

Analisando-se algumas das variáveis estudadas, observa-se:

- . Pouco desempenho de todos os municípios no que diz respeito a educação e saúde;
- . Baixo percentual de domicílios abastecidos por rede de água potável no município de Presidente Kennedy (cerca de 15%);
- . Baixo percentual de domicílios atendidos por esgoto sanitário\* na maioria dos municípios;

---

\* Considera-se nesta variável a coleta de esgotos nos domicílios conectados à rede geral ou os que, possuindo fossa séptica, estejam conectados à drenagem pluvial.

- . Carência completa de coleta de lixo no município de Presidente Kennedy.

## **1.4 Panorama Econômico**

A Região Litoral Sul tem como atividade econômica motriz o turismo, que engendra uma quantidade expressiva de relações mercantis, respondendo significativamente pela geração de renda e emprego. As demais atividades de maior relevância na região estão ligadas ao setor primário (agricultura, pecuária e pesca) e ao setor terciário (comércio e serviços), que tem sua importância ligada diretamente ao turismo.

A Pesquisa de Turismo Receptivo, realizada pelo Sebrae/ES para o município de Guarapari, no ano de 1997, indicou que na alta temporada 27,5% dos turistas hospedavam-se em casa própria e que o gasto médio diário individual dos turistas foi de R\$ 23,75, traduzindo um turismo de baixo poder de consumo.

Estudos anteriores (Projeto de Desenvolvimento Turístico Integrado do Espírito Santo, 1993, e Plano de Desenvolvimento do Turismo no Espírito Santo, 1987) apresentaram um conjunto de propostas de intervenções urbanas, equipamentos, infraestrutura, meio ambiente, entre outras, para o desenvolvimento do turismo no Estado.

Mais recentemente, o Estudo de Viabilidade Econômica para Financiamento de Hotéis no Estado do Espírito Santo constatou que a região é caracterizada por grande número e heterogeneidade de hotéis; demanda sazonal forte; infra-estrutura urbana e viária deficiente; níveis de articulação muito baixos, dentre outros fatores, que acabam por condicionar o fraco desempenho dessa atividade, considerada como principal fator de geração de renda e emprego da região.

### **1.4.1 Agropecuária**

A agropecuária regional é desenvolvida nos moldes tradicionais, como ocorre em quase todo o Estado, ou seja, pequena propriedade familiar sem muitos avanços tecnológicos, com suporte econômico na cafeicultura.

A distribuição relativa ao uso do solo rural na região é bastante parecida com a verificada no restante do Estado (Tabela 13). Predominam no Litoral Sul as áreas de pastagem, representando 58,3% das terras produtivas, seguidas das áreas de lavoura, que ocupam 23,4% do total. A região possui 20.362 ha de áreas de matas e florestas, representando 11,1% do solo rural. Este percentual é inferior ao índice estadual, que é de 15,6% do total das terras produtivas do estado.

Em relação à questão do emprego, o setor agropecuário, na maioria das regiões do estado, tem uma característica peculiar. O que ocorre de forma mais freqüente é a utilização da mão-de-obra familiar ou do assalariado temporário, na maioria das ve-

zes, trabalhador informal, conhecido como diarista. Daí a enorme diferença entre empregos formais e o trabalho na agropecuária (Tabela 14).

Na agricultura, destacam-se as produções de abacaxi, cana-de-açúcar, banana e mandioca, com 98,06%, 18,08%, 10,72% e 37,16% respectivamente da produção estadual (Tabela 15). A heveicultura, embora não tenha uma posição de destaque no cenário estadual, apresenta uma produção considerável em âmbito regional: 1.399 toneladas de borracha seca (bruta) por ano.

A produção de cana-de-açúcar está diretamente ligada à Usina Paineiras, localizada em Itapemirim, produtora de açúcar e álcool. Na safra de 1998/99, a produção foi de 1.084.700 sacas de 50 Kg de açúcar, 20.096 m<sup>3</sup> de álcool anidro e 11.417 m<sup>3</sup> de álcool hidratado, com um faturamento bruto de R\$ 27.930.576,00. A produção atende aos mercados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A usina gera 2 mil empregos diretos.

A produção de mandioca está relacionada a duas agroindústrias produtoras de farinha, localizadas em Presidente Kennedy. As duas empresas somam um faturamento anual de R\$ 2.116.800,00.

Algumas experiências empresariais com fruticultura têm ocorrido com resultados satisfatórios, como é o caso do cultivo do abacaxi.

Os municípios de Itapemirim e Marataízes destacam-se em relação ao conjunto das principais produções agrícolas da região. Presidente Kennedy lidera a produção de mandioca (20% da produção estadual) e Guarapari a de banana (Tabela 16).

A pecuária existente é pouco expressiva comparativamente a outras regiões do Estado. A produção leiteira corresponde a 11% do total estadual. Em âmbito regional a atividade é bastante localizada (municípios de Itapemirim e Presidente Kennedy). A situação geral da produção de origem animal pode ser melhor visualizada nas tabelas 17, 18, 19 e 20.

A atividade da pesca, presença marcante nesta região litorânea, tem uma dimensão socioeconômica e cultural a ser considerada. Variando de um município para outro entre artesanal e profissional, a atividade gera 4.270 empregos diretos, produzindo 22.520 t/ano, com um total aproximado de 650 embarcações.

No município de Piúma, funciona desde 1986 a primeira escola de pesca do país, a *Escopesca de Piúma*. Ela atua principalmente junto à comunidade pesqueira da região, com cursos de aperfeiçoamento para pescadores artesanais e curso regular da 5.<sup>a</sup> à 8.<sup>a</sup> série. O currículo contém matérias do núcleo comum e matérias ligadas ao setor pesqueiro: mecânica naval, carpintaria naval, arte da pesca, tecnologia do pescado, navegação, legislação pesqueira, captura e natação, além do turismo, funcionando em horário integral. A Escopesca é vinculada à Secretaria Estadual de Educação, seguindo o regimento comum das escolas estaduais. A parte produtiva é gerida pelo Conselho de Escola, com o apoio da Associação Escola Comunidade.

Piúma concentra cinco fábricas de gelo e cinco estaleiros – dos quais três constroem embarcações e o restante faz manutenção. Dispõe de 8 câmaras frigoríficas, sem



registrar as do mercado de peixe, além de mais de 14 caminhões refrigerados, que transportam o pescado. A produção é destinada aos mercados de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Vitória, além da própria região.

O fomento à atividade pesqueira, não só na região mas em toda costa capixaba, é de suma importância. Atualmente, o Banco de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (BANDES) possui um programa de apoio à pesca, o Programa Pró-Canoa. Esta linha de crédito é viabilizada com recursos do Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (PROPEN) para aquisição e recuperação de embarcações por pescadores artesanais. O limite de financiamento é de R\$ 3 mil.

Com o objetivo de ocupar os pescadores nos períodos de defeso (a produção de camarão tem caído nos últimos anos devido à pesca predatória nos três meses de proibição), foi criado em Anchieta o Projeto Maricultura. Incluído no Projeto de Execução Descentralizada (PED), do Ministério do Meio Ambiente, sob a coordenação estadual da SEAMA e devendo ser executado pela Prefeitura Municipal de Anchieta e ONGs estaduais, é uma atividade alternativa de geração de emprego e renda, com a implantação de um sistema de cultivo de mexilhões nas proximidades da costa do município. Em 1998 já haviam sido implantados nove módulos duplos, com bons resultados. Quanto ao beneficiamento e à comercialização, pensa-se na Escola de Pesca de Piúma, que tem estrutura para tanto.

Atualmente a maricultura envolve, no estado, a participação de 90 famílias instaladas nos municípios de Anchieta, Conceição da Barra, Piúma e Guarapari. Juntas, elas produzem 120 toneladas anuais de mariscos.

Um novo programa estadual de maricultura está sendo lançado, resultado da parceria entre Governo do Estado, Fundação Pró-Mar, Universidade Federal do Espírito Santo, SEBRAE-ES e BANDES. Ao todo será investido R\$ 1,2 milhão, para que, em um período de dois anos, sejam gerados 500 postos de trabalho em 6 municípios litorâneos (São Mateus e Itapemirim, além dos já citados). A meta de produção até 2003 é de mil toneladas anuais de mariscos (ostras, mexilhões e vieiras).

O cultivo de mexilhões, preferencialmente, deve ser efetuado em áreas de enseada, onde o mar é mais calmo e não atrapalha a navegação. Também os índices de poluição devem ser baixos, para não prejudicar o desenvolvimento do marisco.

Em Anchieta, os mexilhões crescem mais rápido que em outras regiões do Estado, levando apenas de cinco a seis meses para ser comercializados (normalmente o mexilhão atinge o tamanho comercial num prazo de seis a nove meses). Isso acontece devido à qualidade da água, pois o rio Benevente deposita uma grande quantidade de nutrientes na região, favorecendo o aparecimento de fitoplânctons, principal alimento dos mexilhões.

A vocação de Anchieta para o cultivo de mariscos é destaque. O município, assim como Angra dos Reis, é uma das poucas áreas de incidência do coquilles Saint Jacques, que chega a custar R\$ 5,00 a unidade.

#### 1.4.2 Indústria

A atividade industrial na região é reduzida e de pouca expressão no contexto estadual. São 335 unidades instaladas, que geram 5.801 empregos, o que corresponde, respectivamente, a 5,36% e 5,03% do total estadual (Tabelas 21 e 22).

O panorama regional revela situações distintas: de um lado, a pequena empresa, impulsionada ora pelo turismo (indústria de produtos alimentares), ora pela pesca (fábricas de gelo, frigoríficos, estaleiros navais) e de outro, os casos isolados de duas empresas de grande porte — a Samarco Mineração S.A e a Usina Paineiras. Há ainda a indústria da construção civil em Guarapari, bastante expressiva (50 empresas, que ocupam, ao todo, 927 empregados), impulsionada pelo desenvolvimento acentuado do mercado de imóveis urbanos (construção, incorporações e vendas), que, por sua vez, é estimulado por vantagens comparativas naturais e estruturadas deste espaço geográfico.

A Samarco Mineração S.A é um agente de peso e impactante no Litoral Sul. Na sua ação articulada — produção industrial de pelotas de minério de ferro e movimentação portuária — exerce efeitos na economia local sobre a infra-estrutura existente e o meio ambiente.

No município de Anchieta localiza-se a unidade de Ponta Ubu, onde a empresa mantém duas usinas de pelotização e um terminal marítimo próprio. As duas unidades estão ligadas por um mineroduto de 396 km de extensão e têm capacidade para 14 milhões de t/ano. O terminal marítimo próprio tem capacidade para embarcar até 20 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Navios de até 180 mil toneladas são carregados ao ritmo nominal de 8 mil t/hora. Além de embarcar os produtos da empresa, o porto também é utilizado para a descarga de insumos para a usina. A Samarco também chega a realizar descarga de carvão e carregamentos de madeira para terceiros, com bons índices de produtividade.

A Usina Paineiras tem como fator altamente positivo o número de empregos gerados. Os dois mil empregados da empresa representam 34,4% do total de empregados em atividades industriais na região.

No município de Piúma o artesanato em conchas tornou-se, no decorrer dos últimos anos, atividade industrial, envolvendo a coleta de conchas, o tratamento do material, a confecção das peças e a própria comercialização da produção.

Nas oficinas de artesanato o processo de produção é especializado. Há uma nítida divisão de trabalho na confecção das peças artesanais, o que por si só distingue este tipo de trabalho daquele feito individualmente, encontrado geralmente na etapa mais elementar do artesanato.

Estas oficinas são indústrias transformadoras de matéria-prima, empregadoras e que alcançaram um ritmo produtivo acelerado, ampliando, assim, as possibilidades de aumento da produção.

Com matéria-prima abundante e mercado consumidor viabilizando-se pelo turismo, o artesanato em conchas consolida-se cada vez mais como atividade expressiva no município, perpetuando-se no tempo pelo ensinamento do ofício a cada nova geração. Em Piúma, famílias inteiras sobrevivem exclusivamente desta atividade, que é responsável por um número razoável de empregos diretos e indiretos.

#### 1.4.3 Petróleo e Gás

A exploração de petróleo no Espírito Santo inicia-se em 1959, tendo sido perfurado o primeiro poço marítimo em 1968.

Segundo a Petrobras, há uma previsão para este ano (2000) de US\$ 90 milhões, em exploração e desenvolvimento da produção. Em 1999, a produção total do Espírito Santo foi de 4,1 milhões de barris, representando 1% do Sistema Petrobras. Já as chamadas “reservas provadas”, em dezembro de 1999, eram de 52,8 milhões de barris, representando 0,7% do mesmo sistema. Quanto à bacia de Campos, que tem 60% de sua área na costa capixaba, possui os seguintes percentuais, relacionando-se a produção e as reservas comprovadas: 3,5 e 2,4%, respectivamente.<sup>1</sup> As megazidas descobertas em nossa área costeira poderão gerar até 1 bilhão de barris!

Do total das áreas que compõem a bacia litorânea do Espírito Santo (oito), a metade está situada na faixa costeira do Litoral Sul, pertencente à bacia de Campos.

Assim, “as oportunidades no setor de petróleo para o ES estão na área de exploração e produção, além do óleo, também o gás natural e refino de petróleo, processamentos de gás natural, termelétricas, engenharia e montagem industrial, construção civil, máquinas e equipamentos, além de bens e serviços”. Por outro lado, há também potencialidade em termos da implantação de refinarias e fábricas de lubrificantes.

No que diz respeito aos rebatimentos imediatos deste tipo de atividade na economia capixaba, prevê-se que o PIB poderá crescer a uma taxa recorde de 6% a.a., e tal expansão deverá ocorrer entre 2005 e 2010.

Quanto às perspectivas concretas do Campo de Roncador, temos:

- uma reserva de óleo acima de 1,5 bilhão de barris;
- para o ano de 2000, através de unidade de produção (navio), uma previsão de vazão de óleo de 3 mil barris/dia, representando 20% do total do sistema;
- para 2002, a instalação da P-XXXVI, através de investimentos da ordem de US\$ 2,4 bilhões e uma produção de óleo em torno de 160 mil barris/dia;
- para 2008, prevê-se a instalação de uma Unidade Estacionária de Produção (UEP-2) de Roncador, com a previsão de uma produção total de 300 mil barris/dia de líquido.

---

<sup>1</sup> Além da unidade de exploração e desenvolvimento da produção do Espírito Santo, a Petrobras também desenvolve, em âmbito nacional, as seguintes: Sul (Itajaí); bacia de Campos (Macaé); Bahia (Salvador); Sergipe e Alagoas (Aracaju); Rio Grande do Norte e Ceará (Natal); e Região Amazônica (Belém e Manaus).

Surgirão também bases em terra para as empresas que deverão atuar no setor, já havendo, inclusive, interesse de empresas locais (CODESA, COIMEX, Consórcio Peiú, CVRD e Samarco Mineração). Neste sentido, portos serão transformados (expandidos, bases adaptadas) e outros implantados, como é o caso do porto que está sendo preparado pela COIMEX, praticamente anexo ao de Capuaba.

Para 2000, segundo a Petrobras, os investimentos previstos no Espírito Santo serão os seguintes: a) desenvolvimento da produção (US\$ 41 milhões — representando 3,44% do total do Sistema) e b) exploração (US\$ 41 milhões — 5,17%). Total de investimentos: US\$ 90 milhões; o que representa 4,06% em relação ao total do sistema (Brasil + Exterior).

Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a Petrobras, os investimentos previstos por período e de acordo com os interesses das empresas/consórcios são os seguintes:

Período	Empresa / consórcio	Investimento (US\$ milhões)
A partir de 08 anos	Shell/BR/ERxon/Mobil	140 a 2.000
-	Unocal/BR/YPF/Japex/Marubeni	30 a 40
Próximos 08 anos	Agip/YPF	05 (valor mínimo)
Próximos 08 anos	Texaco	05 (valor mínimo)

Outra previsão de investimentos, quando da fase de extração do óleo: US\$ 1,4 bilhão/ano. Entretanto, segundo um executivo da Petrobras, as áreas a serem exploradas na costa do Espírito Santo exigem um investimento mínimo de US\$ 150 milhões.

Em São Mateus, região pioneira no estado, todos os serviços de extração e exploração de petróleo movimentam hoje algo em torno de R\$ 70 milhões.

“A concessão da Petrobras, feita pela ANP, termina no dia 6 de agosto de 2001, mas a estatal tem o direito de explorar as jazidas até sua exaustão.” A concorrência de empresas para atuarem juntamente com a Petrobras foi determinada pela Lei n.º 9.478/97, conhecida como “Lei do Petróleo”. Esta legislação abriu efetivamente um campo para que empresas especializadas também entrassem no setor. São elas, no âmbito do estado: SHELL, ESSO, TEXACO, AGIP, MIBIL, YPF e UNOCAL.

Quanto à extração e exploração de gás natural — juntamente com os volumes que existem nas reservas em meio ao óleo —, em 1999 a produção total do Espírito Santo foi de 306 milhões de m<sup>3</sup>, representando 2,6% do sistema Petrobras. As chamadas “reservas provadas”, em dezembro de 1999, eram de 7,9 bilhões de m<sup>3</sup>, representando 3,5% do sistema Petrobras. Já a bacia de Campos possui os seguintes percentuais, relacionando-se a produção e as reservas comprovadas: 0,9% e 1,0%, respectivamente.

Nesta perspectiva, surgem as alternativas dos gasodutos: os para fins industriais e os para fins domésticos.

O Gasoduto Cabiúnas–Vitória, para fins industriais, possui as seguintes características mais importantes, de acordo com a Petrobras:

- vazão de projeto: 7,1 milhões de m<sup>3</sup>/dia;
- consumidores mais importantes:

Termelétrica de Vitória	2,0 milhões de m <sup>3</sup> / dia
CVRD	2,0 milhões de m <sup>3</sup> / dia
Samarco Mineração	0,6 milhões de m <sup>3</sup> /dia

(isto, somado, representa um total de 4,6 milhões de m<sup>3</sup>/dia, ou seja, 64,8% da atual vazão do projeto);
- US\$ 123 milhões como previsão de investimentos.

Quanto ao gasoduto residencial, temos:

- investimento previsto: R\$ 12 milhões;
- meta da Petrobras: conectar pelo menos 30 mil residências, elevando o consumo da Grande Vitória em mais 14 mil m<sup>3</sup>/dia;
- sua implantação prevê a desapropriação e indenização de cerca de 400 estabelecimentos (rurais e urbanos), dos quais 300 no Espírito Santo; a tubulação necessária deverá cortar os seguintes municípios: Anchieta, Cariacica, Guarapari, Iconha, Itapemirim, Piúma, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul e Serra; do total, cinco pertencentes à Região Litoral Sul.

Tendo em vista que o Espírito Santo produz somente 18% da energia de que necessita, importando, portanto, 82% de sua demanda, implantar uma usina termelétrica (a gás natural) na Grande Vitória é uma opção que se impõe para suprir a demanda crescente por energia elétrica. Tal empreendimento prevê um investimento superior a US\$ 250 milhões, devendo ser constituído pelas seguintes empresas: CVRD, Petrobras e Escelsa. Há, também, a perspectiva da implantação de outra usina no Norte do estado, a partir da previsão de investimentos da ordem de US\$ 153 milhões.

*Pari passu* ao desenvolvimento da atividade, na medida em que os negócios do setor se desenvolverem, haverá um desdobramento natural em termos de finanças públicas (tanto estaduais, como municipais): os *royalties* gerados pela atividade petrolífera rendem para o estado cerca de R\$ 0,672 milhões mensais. Desta quantia, 41% vai para os cofres do estado e o restante é repartido entre os municípios. Entretanto, a expectativa do governo do Estado é que somente em pagamento de *royalties* haja a geração de uma receita anual de R\$ 360 milhões;<sup>2</sup> ou seja, um incremento de 4.500% em relação a 1999 (R\$ 8.065 mil).

---

<sup>2</sup> O governo estadual pretende da União uma antecipação de receita — somente a título de *royalties* — entre R\$ 400 e 500 milhões.

Quanto aos municípios do Litoral Sul, Presidente Kennedy recebe hoje R\$ 153.928,00/ano, correspondendo a 1,83% do total rateado entre os municípios capixabas. Além do município citado, Anchieta teve o valor de R\$ 433 mil para 1998 e Piúma, R\$ 1.896 mil para o mesmo ano.

Diante das possibilidades de tantos impactos a médio prazo, surgirá naturalmente uma demanda crescente por mão-de-obra especializada. Desta feita, novos cursos já são oferecidos, grades curriculares enriquecidas: na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), graduação e mestrado em Engenharia Mecânica (Engenharia Ambiental), com acréscimo nos currículos de disciplinas sobre atividades em petróleo e gás. Da mesma forma, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFET) criará curso objetivando a formação de engenheiros operacionais especializados na área petrolífera. Escolas particulares ofertarão cursos de melhor qualidade em línguas estrangeiras.

No campo da geração de empregos, segundo um alto executivo da Petrobras, o nível a ser ofertado “deve-se manter estável, ou ter um pequeno crescimento, com a automação de processos e ganhos de produtividade. No mar isto vai depender dos resultados exploratórios nos próximos dois a três anos, mas o potencial percebido por companhias que operam no Espírito Santo é grande.” Por outro lado, a partir da experiência de outros países, com o tempo a utilização de mão-de-obra local chega praticamente à totalidade, “ficando para a matriz apenas os cargos de alta direção”. De acordo, entretanto, com outra avaliação, a exploração do produto haverá de induzir investimentos da ordem de US\$ 15 bilhões e a agregação de 50 mil novos empregos em 10 anos, sobretudo na área de prestação de serviços mecânicos de precisão, gerando 41 tipos de profissão, de nível médio e superior.

Pode-se concluir o seguinte: a) existe real possibilidade de a atividade petrolífera/extração de gás desenvolver-se significativamente no Espírito Santo; b) entretanto, nota-se claramente um certo ufanismo da mídia, como se o estado agora estivesse entrando em nova fase de crescimento acelerado (“milagre” econômico regional); c) haverá rebatimentos naturais no Litoral Sul, mesmo que seu volume se dê sobretudo na Grande Vitória; d) diante deste cenário positivo, nunca é demais lembrar que a concorrência do estado vizinho (Rio de Janeiro) é muito forte.

#### 1.4.4 Comércio e serviços

De modo geral, o turismo exerce influência direta sobre os setores secundário e terciário da economia da região, conforme já dito no decorrer deste trabalho. No caso do setor comércio/serviços a influência é absoluta.

Sob o parâmetro do número de empregos, o terciário da região apresentou uma evolução de 181% em um período de 10 anos (87/97), com destaque para o município de Guarapari, que apresentou um crescimento de 215% (Tabela 23).

Este crescimento está diretamente ligado ao processo de urbanização contínuo que vem sofrendo a região. As ligações asfálticas das sedes municipais com a BR-101 e com a Região Metropolitana, através da ES-060 (Rodovia do Sol), possibilitaram

maior fluxo de turistas, que, por sua vez, aqueceu bastante o comércio, bem como a demanda pelos mais variados tipos de serviços.

### **1.5 Finanças Públicas Municipais**

Este tópico aborda alguns componentes das finanças públicas municipais dos municípios da Região Litoral Sul que possam ser indicativos da ação das prefeituras sobre o desenvolvimento local. Enfocaremos a estrutura dos principais elementos da receita, demonstrando a origem do financiamento dos gastos públicos para atendimento dos serviços e investimentos demandados pela população destas municipalidades (Tabela 24).

Excetuando o município de Guarapari, que se destaca na geração de recursos orçamentários próprios, apresentando uma participação percentual da receita própria na receita corrente superior a 50% (56,84% em 1997 e 61,85% em 1998), os demais municípios apresentam percentuais muito baixos de autonomia das receitas municipais, chegando a 5,57% em Presidente Kennedy em 1997 (Tabela 25).

Estes dados demonstram que a maioria dos municípios dessa região apresenta um alto grau de dependência das transferências intergovernamentais (federal ou estadual), quando se compara a participação da receita total de transferências com a receita corrente; situação diametralmente oposta à descrita no parágrafo anterior e cujos percentuais atingem níveis de 38,35% em Guarapari e 94,45% no município de Presidente Kennedy (Tabela 26).

Na análise dos principais itens de transferências (Fundo de Participação dos Municípios — FPM —, que consiste em transferência de imposto efetuada pelo governo federal em favor dos municípios, e cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICMS —, transferência efetuada pelo governo estadual em favor dos municípios), observa-se que o município de Anchieta apresenta a participação percentual mais elevada do ICMS e a menor participação do FPM. Este fato, embora expresse dependência do município em relação a essa transferência estadual, reflete a existência de atividades capazes de imprimir algum dinamismo à economia local, no caso, a localização da Samarco em seu território (Tabela 26).

Em situação contrária se encontram os municípios de Itapemirim, Marataízes, Piúma e Presidente Kennedy, que são mais dependentes da transferência do FPM, indicando um baixo nível de atividade econômica, uma vez que esse fundo federal tem como critério principal de distribuição a população de cada município, e não fatores geradores da receita dos impostos que o constituem, como é o caso da distribuição do ICMS (Tabela 26).

Do lado da despesa orçamentária verifica-se uma participação muito elevada — superior a 85% — das despesas correntes no total da despesa da maioria dos municípios da região, demonstrando um baixo nível de investimentos das administrações públicas locais, uma vez que há enorme comprometimento dos recursos públicos



com as despesas de custeio, principalmente pagamento de pessoal (Tabelas 27 e 28).

Destaca-se que, embora a localidade de Anchieta apresente o indicador Receita Corrente per Capita muito superior ao do conjunto dos municípios, os seus gastos com investimentos demonstram percentuais tão inferiores quanto aos dos demais municípios da Região Litoral Sul (Tabelas 24 e 29).

## **1.6 Panorama Social**

### **1.6.1 Saúde**

No Estado do Espírito Santo, a esperança de vida ao nascer — indicador que permite visualizar o número médio de anos de sobrevivência esperado da população — assemelha-se ao valor nacional estimado pelo Censo Demográfico de 1991 do IBGE, qual seja, 63,29 anos. Embora se saiba que esta taxa encontra-se bem abaixo das apresentadas pelos países desenvolvidos, onde o acesso aos serviços de saúde e o nível de renda são bem superiores, observa-se no estado uma evolução positiva no período 1970-1991, passando este indicador de 52,83 anos para 63,81 anos (Tabela 30).

Nos municípios da Região Litoral Sul não são observadas grandes disparidades, ficando a região com uma expectativa de vida média de 64,35 anos, um pouco superior à do estado. A evolução deste indicador é ascendente ao longo das décadas de 70, 80 e 90, o que possivelmente represente uma gradual melhoria das condições de vida na região.

Quanto aos demais indicadores de saúde, verifica-se que a região, como um todo, encontra-se em situação favorável em relação ao estado, sendo entretanto observadas variações consideráveis entre os municípios (Tabela 31). Tomando-se a média regional como parâmetro, verifica-se que o coeficiente de natalidade é muito superior no município de Itapemirim e inferior em Presidente Kennedy.

Já os coeficientes de mortalidade geral de Piúma e Anchieta são bem inferiores à média estadual, enquanto o de Itapemirim está bem acima. No município de Guarapari a taxa de mortalidade infantil é bastante elevada em relação à taxa regional, enquanto a de Anchieta está abaixo da média.

Destaque-se que o coeficiente de mortalidade infantil da região, de 14,24 por mil, está bem abaixo do apresentado pelo estado (21,69 por mil), que, por sua vez, encontra-se bastante inferior ao do país e com tendência a decréscimo, observada nas três décadas analisadas. Estes resultados mostram-se qualitativamente favoráveis, apesar de encerrarem valores ainda elevados se comparados aos de países desenvolvidos, o que reflete as condições socioeconômicas, culturais, ambientais e a desigualdade no acesso aos serviços de saúde e à alimentação adequada.

O número de leitos à disposição do SUS, segundo a especialidade, e sua evolução ao longo do período de 1995/1998 estão expressos na Tabela 32.

## 1.6.2 Educação

Quanto à evolução no número de matrículas no período de 1994 a 1998, a Região Litoral Sul apresenta, genericamente, situação bastante positiva na pré-escola, no ensino fundamental e no ensino médio (tabelas 33, 34 e 35).

Na pré-escola registra-se um acréscimo de 17% nas matrículas realizadas no período, não sendo superior devido à nova política estadual de educação, em virtude da qual o estado vem, desde 1998, eximindo-se paulatinamente da responsabilidade do deste nível de ensino. No ensino fundamental, o acréscimo registrado no número de matrículas foi da ordem de 21%, enquanto no ensino médio foi de 68% no período.

Todavia, mesmo que impliquem um desempenho regional razoável e apresentem melhoras indiscutíveis, os indicadores educacionais demonstram grande heterogeneidade quando analisados por município isoladamente (anexo: tabelas 36 e 37).

Nos municípios de Marataízes e Anchieta a taxa de atendimento escolar na pré-escola é bastante alta — 95,4% e 90,1% respectivamente —, enquanto Guarapari, que compreende 32% do total de matrículas da região, somente atende 50% de sua população entre 4 e 6 anos. No ensino fundamental, a taxa de atendimento escolar atinge 94% da demanda, sendo mais elevada em Guarapari (98%) e Marataízes (97%) e mais baixa em Anchieta (77,7%).

A relação *número de alunos por professor* (Tabela 38), em todos os níveis, que na região é de 22,2, atinge seu melhor resultado em Presidente Kennedy (12,9 alunos/professor) e Anchieta (19,8).

No Estado do Espírito Santo a taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais, em 1991 (Tabela 39), era de 17,7% (em números absolutos: 301.058 pessoas) e da Região Litoral Sul, de 19,9% (18 mil analfabetos maiores de 15 anos). Observam-se disparidades quando o indicador é desagregado por município: proporcionalmente, encontram-se mais pessoas não-alfabetizadas em Presidente Kennedy (32,9%) e Itapemirim (24%) e menos em Guarapari (15,7%) e Piúma (16,3%).

Embora o sistema educacional do estado venha evoluindo favoravelmente, o analfabetismo ainda persiste, assim como o baixo índice de escolaridade: 72% da população capixaba e 81,3% da população da Região Litoral Sul maior de 25 anos tinham, em 1991, menos de 8 anos de estudo, ou seja, apenas 18,7% da população regional tinha o segundo grau completo (Tabela 40).

Quanto ao ensino superior, apenas o município de Guarapari possui estabelecimentos educacionais deste nível: trata-se das Faculdades de Turismo e de Administração.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> “Existe um consenso de que a geração de empregos é um dos desafios para o Brasil nos próximos anos. Mas, para tanto, é necessário aumentar o *capital humano*, ou seja, melhorar a escolaridade da população. No campo da geração de empregos, esse futuro está, fundamentalmente, condicionado pelo nível de qualificação profissional. O desafio, portanto, é de grande porte.”

### 1.6.3 Segurança Pública

Um levantamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) mostra que Vitória é a capital de maior índice de mortes violentas na faixa etária entre 15 e 24 anos (164,60 por 100 mil habitantes) e a 7ª capital em número de mortes causadas por acidentes de trânsito. A Serra é a 3ª cidade do país em número de mortes (129 vítimas por 100 mil habitantes).

No mapa da violência dos municípios polarizadores do estado, Guarapari aparece em 6.º lugar no ranking — média de 51,42 vítimas por 100 mil habitantes —, estando a sua frente os demais municípios da Grande Vitória; supera as cidades regionais de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Linhares (Tabela 41).

Apesar da ausência de dados para toda a região em estudo, pela proximidade física com a Grande Vitória pode-se inferir índices altos de violência para grande parte dos municípios do Litoral Sul.

### 1.6.4 Emprego

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), possibilitam a análise da geração de empregos formais de forma desagregada, por município e por setor de atividade econômica, permitindo a visualização de sua evolução e da vocação e perfil produtivo da região.

Na Região Litoral Sul, apenas o município de Itapemirim destaca-se quanto à geração de emprego formal no setor primário, por suas potencialidades na prática da agricultura e pecuária de porte empresarial. A região como um todo apresentou o expressivo acréscimo de 501% entre 1987 e 1997 (Tabela 42).

A região apresentou uma evolução na geração de empregos no setor secundário bastante expressiva na década: 215%. Os municípios de Guarapari, Anchieta e Itapemirim são os destaques; porém, todos obtiveram significativos acréscimos no número de empregos (Tabela 43).

O terciário apresentou uma evolução de 181% no período, destacando-se o município de Guarapari, com um crescimento de 215% (Tabela 44).

Para o ano de 1997, as informações obtidas segundo os grandes setores de atividade econômica (Tabela 45) permitem as seguintes inferências:

- Dentre os municípios da região, o de Guarapari é o que mais absorve mão-de-obra formal (55% dos empregos);
- O setor terciário (comércio e serviços) é o que mais emprega na região (55%), seguido do secundário (indústria e construção civil), com 35%, e, por fim, o primário (agropecuária vegetal, caça e pesca), com 9% dos empregos formais;

- Com relação ao Estado do Espírito Santo, a região absorve 5% do total de empregos formais, sendo o secundário o mais expressivo, já que 13% dos empregos industriais estão na região.

#### 1.6.5 Estruturas Governamentais e Principais Organizações Sociais

Todos os municípios da Região Litoral Sul possuem representação local da EMCA-PER e do IDAF (este último com exceção de Anchieta). A FUNASA se faz presente em Guarapari, Piúma e Presidente Kennedy. Guarapari conta ainda com instalações do SEBRAE, SENAC/SESC e SENAI/SESI.

Cinco consórcios intermunicipais atuam na região: dois na área de saúde (o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião MetrÓpole Expandida Sul e o do Sul do Estado); um consórcio com finalidade específica (Consórcio para Construção do Matadouro Intermunicipal — Itapemirim, Marataízes e Rio Novo do Sul); e dois para recuperação de bacias de rios (o do rio Itapemirim, com participação, dentre outros, dos municípios de Itapemirim e Marataízes e do rio Itabapoana – conhecido como Projeto Manajé, que inclui municípios dos estados do Rio, Espírito Santo e Minas Gerais).

Quantitativamente, a região está muito bem representada, por meio de associações profissionais e empresariais, associações comunitárias de moradores, sindicatos de trabalhadores e patronais diversos, sociedades de assistência social, além de inúmeros conselhos municipais e cooperativas.

#### 1.6.6 Desenvolvimento Local

Com o objetivo de reduzir as fortes desigualdades econômicas e sociais observadas entre os municípios capixabas, o governo do Estado vem adotando estratégia e instrumentos de ação conhecidos como *política de desenvolvimento local*. Tal política tem como pontos principais:

- “Mobilização da comunidade para o conhecimento de sua realidade econômica, social e ambiental com vistas a identificar e construir o seu plano de desenvolvimento; além disso, desenvolver a capacitação para o trabalho em equipe, na busca conjunta das soluções exigidas para a implementação do plano de desenvolvimento;
- “Valorização dos pequenos negócios; isto é, reconhecimento de sua capacidade de gerar renda e empregos e organização de formas adequadas e flexíveis de apoio através da capacitação tecnológica, gerencial e creditícia.”

Através do programa “Comunidade Ativa”, do governo federal, executado pelo governo do Estado (FAS e Aderes), alguns municípios capixabas já implantaram o programa de desenvolvimento local.

A região em estudo ainda não se estruturou dentro dos moldes do programa; porém algumas iniciativas isoladas vêm sendo efetivadas, como o Plano de Desenvolvi-

mento do Município de Piúma, realizado em parceria (PMP/Comunidade/UFES), embrião do PDU local, cuja ótica é o turismo com desenvolvimento, além da iniciativa da Prefeitura Municipal de Anchieta de criação da Gerência de Projetos com vistas a viabilizar recursos extra-orçamentários para financiar projetos de desenvolvimento local.

### 2.1 Indicativos Urbanísticos e Ambientais

#### Ocupação do Solo

Realizar sobrevôo e foto-interpretação atual para elaboração de mapas detalhados do solo e dos diferentes sistemas ambientais dos municípios;

Definir, em conjunto com os municípios, uma política de apoio técnico à regularização de ocupações espontâneas e loteamentos irregulares;

Manter participação técnica na elaboração de Planos de Desenvolvimento Urbano junto aos municípios e comunidade local;

Implantar política de apoio técnico, logístico e de fiscalização de loteamentos e desmembramentos com articulação entre prefeituras, Ministério Público e IPES;

Elaborar e implementar Planos de Manejo para as diversas áreas naturais protegidas existentes na região.

#### Paisagem Urbana

Criar espaços públicos de lazer coletivo e melhorar os já existentes;

Limitar a altura das edificações na orla, de modo a evitar o sombreamento nas praias e o comprometimento da aeração urbana;

Elaborar estudos que definam padrões construtivos mais bem adequados à região;

Elaborar projetos de comunicação visual de orientação turística;

Elaborar Planos Diretores de Arborização Urbana.

#### Sistema Viário

A exemplo das modificações do traçado da Rodovia do Sol já definidas para o trecho Setiba—Meáípe, implantar contornos para desvio do tráfego em Piúma e demais localidades atualmente cortadas pela rodovia;

Elaborar programa de conservação paisagística ao longo da Rodovia do Sol;

Elaborar plano de integração entre a Rodovia do Sol e a malha viária existente na sua área de influência;

Elaborar Planos de Circulação Viária e de Transportes.

#### Equipamentos de Lazer

Recuperar os espaços de lazer e conjuntos de interesse histórico, arquitetônico e cultural;

Elaborar diretrizes de revitalização da orla marítima com projetos de urbanização adequados;

Reurbanizar e melhorar os atracadouros e suas áreas de entorno, com implantação de marinas, conforme as necessidades locais;

Recuperar e construir elementos de apoio ao lazer das ilhas.

#### Recursos Hídricos

Enquadrar os recursos hídricos em conformidade com a legislação existente;

Monitorar a qualidade das águas interiores e costeiras;

Implementar sistemas de esgotamento sanitário, observando a classe dos recursos hídricos;

Promover o reflorestamento ciliar dos rios e encostas e recuperar áreas degradadas;

Proteger as zonas de recarga dos recursos hídricos.

#### Resíduos Sólidos

Dar orientação técnica às prefeituras na elaboração e implementação de Planos Diretores de Resíduos Sólidos Urbanos com ênfase na reciclagem do lixo, aterros controlados e sanitários;

Definir de forma precisa as ações do Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos (PRODESPOL).

#### Meio ambiente

Formular diagnósticos do meio ambiental e antrópico para identificar os impactos das atividades da indústria petrolífera e planejar as ações mitigadoras necessárias;

Estruturar os órgãos de meio ambiente com vistas ao controle das atividades ligadas à indústria do petróleo;

Fortalecer os consórcios intermunicipais;

Buscar formas concretas de preservação da “Estação Ecológica de Papagaio”, instalada em Anchieta, e promover ações de incentivo ao turismo ecológico dos manguezais e áreas verdes que se encontram no entorno do estuário do rio Benevente;

Destinar atenção especial à praia de Guanabara (Anchieta), onde ocorre a desova periódica de tartarugas marinhas;

Instituir novas áreas naturais protegidas no sentido de preservar efetivamente os ecossistemas no estado, principalmente os mangues, restingas e a Mata Atlântica.

## 2.2 Indicativos Econômicos

### Agricultura

- Modernizar a atividade leiteira e aumentar o grau de industrialização do leite e seus derivados;
- Promover cultura tecnológica e gerencial, estimulando ações associativas, visão regional e de longo prazo, articulação com instituições de fomento e pesquisa, levando em consideração as especificidades da região;
- Aprimorar a cadeia de comercialização e distribuição, utilizando estudos técnicos de mercado e de novos produtos (embalagem, divulgação de marcas, pesquisas de mercado, nova utilização de produtos, etc.);
- Apoiar a fruticultura de clima tropical, sobretudo as seguintes: abacaxi <sup>4</sup>, banana, goiaba, graviola, maracujá e manga;
- Criar amplo programa de diversificação das culturas na região; além do desenvolvimento da fruticultura, apoio à olericultura;
- Apoiar os bananicultores locais, quer no que diz respeito ao progresso técnico, quer no que se relaciona ao fortalecimento do associativismo em vista da quebra dos esquemas tradicionais de comercialização;
- Apoiar os produtores de borracha, através de linhas de crédito específicas;
- Apoiar a mandiocultura da região (sobretudo em Presidente Kennedy, que participa com 20,1% da produção estadual), por ser uma atividade tradicional nesta sua porção — enquanto cultura alimentar —, além da sua vinculação aos pequenos produtores locais;
- Melhorar as estradas vicinais da região;
- Verificar a possibilidade concreta do desenvolvimento de uma silvicultura altamente especializada na região, que seja integrada ao meio ambiente, do ponto de vista da preservação.

### Atividade Pesqueira

- Promover o desenvolvimento tecnológico do setor, melhorando o padrão das embarcações e as tecnologias de resfriamento, de navegação e de localização de cardumes;
- Apoiar as formas já existentes de organização dos profissionais do mar (colônias e cooperativas), além da sua estrutura de comercialização;

---

<sup>4</sup> Itapemirim possui, hoje, 94% do total produzido no Espírito Santo.



- Preservar os aspectos eminentemente ambientais, cuidando para que a exploração seja racional e ordenada, obedecendo aos ciclos normais de reprodução dos cardumes;
- Implementar outras alternativas para o setor, como o cultivo de camarões em fazendas marinhas e de ostras nativas em estuários;
- Promover no âmbito do governo do Estado e das municipalidades da região, políticas que permitam uma maior integração das entidades que congregam os pescadores em todo o litoral do estado, buscando formas alternativas da venda do produto, objetivando, em última instância, evitar as grandes oscilações de preço do pescado;
- Criar linhas de financiamento (GERES/BANDES, SEAG/EMCAPER) objetivando a melhoria de estrutura para movimentação de cargas e armazenagem.

### Indústria

- Criar linhas especiais de financiamento para o setor industrial da região, sobretudo para os gêneros indústrias alimentares e minerais não-metálicos, privilegiando os municípios de Itapemirim e Guarapari;
- Aprofundar e diversificar o parque industrial, obedecendo a critérios rígidos de controle ambiental que assegurem uma tipologia ideal de indústrias, definida conjuntamente pelo poder público instalado na região – estado e municipalidades – e lideranças locais.

### Turismo

- Elaborar “Plano de Desenvolvimento Turístico” para a região, tendo como um dos principais objetivos a reivindicação de recursos financeiros para o setor, via PRODETUR/EMBRATUR;
- Planejar com cuidado e de forma integrada o turismo litorâneo de massa, que é a característica principal da região, tendo em vista garantir a sustentabilidade do desenvolvimento regional, *vis-à-vis* a preservação ambiental;
- Ampliar e diversificar a rede hoteleira regional e serviços afins, tendo em vista principalmente a sua descentralização com relação a Guarapari;
- Dinamizar as “oportunidades turísticas” para os municípios que possuem características naturais e históricas de diferenciação, como o município de Anchieta;<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> O evento “Passos de Anchieta”, recentemente iniciado, teve origem na festa do IV centenário do Beato e hoje é considerado importante pela Secretaria Municipal de Turismo de Anchieta. Em 1999 mais de 1.500 pessoas participaram do evento, o que beneficiou o setor empresarial turístico através da movimentação de hotéis, comércio e serviços na baixa temporada, não só no município, mas também incluindo Vila Velha e Vitória.

- Executar campanhas de divulgação dos atrativos turísticos existentes, tanto no âmbito do Brasil quanto do Exterior, através de uma política de *marketing* que envolva também a participação do governo, por exemplo, na organização de *workshops*;
- Melhorar a capacitação empresarial e gerencial das empresas do setor, bem como a elevação qualitativa e ampliação de cursos de formação de mão-de-obra;
- Classificar os estabelecimentos de comércio e serviços segundo critérios da EM-BRATUR para melhor qualidade do atendimento, elevando os níveis de atração dos turistas;
- Promover a articulação entre as empresas prestadoras de serviços e a rede hoteleira com o intuito de reestruturá-las de acordo com as necessidades, além de disseminar serviços mais qualificados;
- Integrar ações entre os empresários do complexo (hotéis, agências de viagens, bares e restaurantes, comércio em geral) e os órgãos culturais e de divulgação das prefeituras e do governo estadual, para criar alternativas “durante o ano todo” (congressos, festivais, festas típicas, etc.), com o objetivo de reduzir a excessiva dependência destes setores à alta estação;
- Estimular campanhas de divulgação mais agressivas das potencialidades turísticas junto aos estados que mais “emitem” turistas;
- Realizar a extensão do zoneamento ecológico-econômico para a porção sul desta região, com vistas a ordenar o uso múltiplo do espaço. Considerar o caráter retardatário dessa faixa litorânea quanto à sua inclusão no processo turístico;
- Implementar, através das prefeituras municipais, um programa especial de eco e agroturismo de montanha na região, pois esta possui áreas montanhosas de até 850 metros de altitude;
- Atrair turistas com melhor poder de consumo das regiões Sudeste e Sul do Brasil, bem como do Exterior, com articulação dos operadores de turismo e dos poderes públicos locais. Esse trabalho deve envolver estratégias de identificação, qualificação da demanda e *marketing* do produto;
- Buscar, no que diz respeito à gestão dos negócios turísticos, um maior nível de investimento na formação e treinamento do pessoal ocupado no setor.<sup>6</sup>

## Desenvolvimento Local

Através do Programa de Desenvolvimento Local, viabilizar:

- geração de trabalho e renda nos meios urbano e rural,
- melhoria da qualificação da mão-de-obra local,

---

<sup>6</sup> “Considerando que se trabalha com uma mão-de-obra com baixo nível de especialização e insuficiente conhecimento profissional acerca da dinâmica do mercado turístico.”

- modernização produtiva, mediante a atração de investimentos e de ganhos de competitividade,
  - mobilização de recursos técnicos e financeiros por meio de parcerias com organizações da sociedade civil e da comunidade empresarial, assim como do setor público,
  - fomento a investimentos planejados de forma integrada e multidisciplinar;
- Apoiar os projetos abaixo enumerados, já existentes na região, e procurar formas de viabilizá-los:
    - Projeto de Conservação e Defesa do Meio Ambiente,
    - Projeto de Preservação e Recuperação dos Manguezais,
    - Projeto “Ensine um Pescador a Ler”,
    - Projeto “Reformas de Barcos de Pesca”,
    - Projeto “Rotatividade de Barcos Pesqueiros”,
    - Projeto “Se essa rua fosse minha”,
    - Projeto Maricultura.

## 2.3 Indicativos Sociais

### Saúde

- Ampliar e promover a oferta de atendimento de urgência/emergência;
- Melhorar os serviços de pronto atendimento para ‘desafogar’ a rede de urgência/emergência;
- Estimular o aumento de ofertas de leitos e procedimentos ambulatoriais;
- Dotar a região de um maior número de Unidades de Saúde (USs), sobretudo os municípios de Anchieta, Guarapari, Itapemirim e Piúma;
- Promover políticas específicas de proteção à terceira idade, tendo em vista que os indicadores de Swaroup e Uemura<sup>7</sup> são maiores para a região estudada, comparando-os com os do estado;
- Fortalecer o *Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião Expandida Sul*, que congregava, em 1999, os municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Piúma, Iconha, Itapemirim, Marataízes e Guarapari.

### Educação

- Promover campanhas de alfabetização de jovens e adultos;
- Estudar a possibilidade, junto à SEDU e a entidades que congregam escolas particulares da região, de uma adequação da grade curricular dos cursos fundamen-

---

<sup>7</sup> “O indicador de SWAROUP e UEMURA é calculado dividindo-se o número de óbitos de pessoas com 50 ou mais anos de idade pelo total de óbitos e multiplicando-se por 100”.

tal e médio à realidade regional (ex.: proteção ao meio ambiente, atividade da pesca e atividade turística);

- Potencializar as faculdades de turismo da região, com o objetivo de, em suas estruturas curriculares, fortalecer as disciplinas que aprofundem as especificidades regionais, sobretudo o turismo em grande escala de litoral, além de formas alternativas e dinâmicas de transformar o setor.

#### Segurança Pública e Direitos Humanos

- Realizar um levantamento dos conselhos de segurança pública existentes na região e de suas principais ações;
- Realizar levantamentos qualitativos e quantitativos dos principais problemas do setor;
- Levantar o que já existe na Região Litoral Sul em termos de Polícia Interativa e outras experiências;
- Criar em cada município da região comissões que discutam os direitos humanos e se tornem referência para a sociedade civil, a quem os cidadãos possam fazer denúncias;
- Realizar eventos sobre impunidade e violência nos municípios, objetivando denúncias de violação dos direitos fundamentais da pessoa humana, estabelecendo parcerias e apontando linhas de ação;
- Incentivar adolescentes, crianças e jovens a participar de atividades culturais e desportivas como forma de resistência ao apelo das drogas e outras formas de criminalidade;
- Construir casas para acolhimento da população de rua, em especial para crianças e adolescentes (infratores/criminosos em potencial);
- Implantar programas de prevenção e recuperação para dependentes de drogas;
- Introduzir, tanto no sistema público como privado de educação, uma disciplina que dê aos alunos noções fundamentais de direitos humanos e cidadania;
- Estudar as possibilidades de ações articuladas entre as polícias militar, civil e federal no âmbito da região;
- Difundir experiências de iniciativas bem sucedidas de investimento na área social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- CEAG/ES. **Piúma por dentro: um diagnóstico socioeconômico do município.** Vitória, 1988. 109 p.
- CJP/VITÓRIA. **Análise e propostas em vista da melhoria das condições gerais da segurança pública no Espírito Santo.** Vitória, 1995. 20 p.
- CODESPE. **Caracterização e dimensionamento do componente imobiliário na área de influência da Rodovia do Sol.** Vitória, 1998. 200 p.
- \_\_\_\_\_. **Caracterização e dimensionamento do componente imobiliário na área de influência da Rodovia do Sol** (diagnóstico regional). Vitória, 1998. 34 p.
- \_\_\_\_\_. **Levantamento de fluxos e modelo de gerenciamento na área de influência da Rodovia do Sol** (relatório final). Vitória, 1998. 51 p.
- \_\_\_\_\_. **Levantamento de fluxos e modelo de gerenciamento na área de influência da Rodovia do Sol** (diagnóstico da situação atual). Vitória, 1998. 62 p.
- \_\_\_\_\_. **Levantamento de fluxos e modelo de gerenciamento na área de influência da Rodovia do Sol** (documento-síntese). Vitória, 1998. 18 p.
- COMEÇA implantação de gasoduto residencial. **A Gazeta**, Vitória, 2 maio 2000. p.7.
- CONIC. **Cartilha sobre violência.** Vitória, 1999. 24 p.
- D ÁVILA, C. Gás é a outra alavanca. **Balanco Anual** - Espírito Santo. São Paulo, v. 4, n. 4, p. 20, set. 1999.
- \_\_\_\_\_. Um emirado no Sudeste. **Balanco Anual** - Espírito Santo. São Paulo, v. 4, n. 4, p. 16-8, set. 1999.
- DIAGNÓSTICO turístico da área de influência da Rodovia do Sol: municípios de Vila Velha e Guarapari. Convênio: ADERES/AESG/SEBRAE-ES/SEDES/UVV. Vitória, 1999. 50 p.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). Departamento Estadual de Cultura. **Catálogo de bens culturais tombados no Espírito Santo.** Vitória, 1992.
- \_\_\_\_\_. Departamento Estadual de Estatística. **Informações municipais do Estado do Espírito Santo.** Vitória, 1994. 412 p.
- \_\_\_\_\_. Secretaria da Agricultura. **Zonas Naturais do Espírito Santo: uma regionalização do Estado, das microrregiões e dos municípios [CD-ROM].** Vitória, 1999.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Plano desenvolvimento turístico integrado do Espírito Santo**: Vitória, 1992. 2 v.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Planejamento. **Subsídios para a formulação da política de desenvolvimento local**. Vitória, 1999. 15 p.

ES quer R\$ 500 milhões de royalties de petróleo. **A Gazeta**, Vitória, 2 maio 2000. p. 7

ESTADO tem vocação para a atividade... **A Gazeta**, Vitória, 26 mar. 2000. p. 12

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Dados municipais**: Anchieta (versão preliminar). Vitória, 1999. 36 p.

\_\_\_\_\_. **Dados municipais**: Guarapari (versão preliminar). Vitória, 1999. 32 p.

\_\_\_\_\_. **Dados municipais**: Itapemirim (versão preliminar). Vitória, 1999. 33 p.

\_\_\_\_\_. **Dados municipais**: Marataízes (versão preliminar). Vitória, 1999. 28 p.

\_\_\_\_\_. **Dados municipais**: Piúma (versão preliminar). Vitória, 1999. 34 p.

\_\_\_\_\_. **Dados municipais**: Presidente Kennedy (versão preliminar). Vitória, 1999. 31 p.

\_\_\_\_\_. **Habitação do Espírito Santo**: subsídio para programa de habitação popular. Vitória, 1999. 27 p.

\_\_\_\_\_. **Índice de desenvolvimento urbano**. Vitória, 1999. 21 p.

\_\_\_\_\_. **Programas e projetos prioritários para 2000** (versão preliminar para discussão). Vitória, 1999.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo, 1985-2010** - projeções demográficas – rede urbana – caracterização do espaço. Vitória, 1985. v.3.

\_\_\_\_\_. **Plano de desenvolvimento turístico do Estado do Espírito Santo – Região Litoral Sul – meio antrópico**. Vitória, 1993. 254 p. (Projeto macrozoneamento costeiro do Espírito Santo).

\_\_\_\_\_. **Referências culturais do Espírito Santo**: levantamento dos dados secundários. Vitória, 1988. v. 3 (Estrutura e mobiliário arquitetônico urbano).

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Vitória, 1988. v. 4 (Patrimônio natural)

\_\_\_\_\_. Relatório municipal de Piúma. Vitória, 1985. 47 p.

INVESTIMENTOS já começaram. **A Tribuna**, Vitória, 19 mar. 2000. p. 29

MARATAÍZES (ES). Prefeitura. **Plano diretor urbano**. Marataízes, 1998. 51p.

MEGAJAZIDAS farão PIB crescer 6% ao ano. **A Gazeta**, Vitória, 26 mar. 2000. p. 13

NAKATAMI, Paulo et al. **Estudo de viabilidade econômica para financiamento de hotéis no Estado do Espírito Santo** – módulo I – Região Serrana – relatório [disquete]. Vitória, UFES, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Núcleo de Estudos e Pesquisas, 1995.

\_\_\_\_\_. **Estudo de viabilidade econômica para financiamento de hotéis no Estado do Espírito Santo** – módulo II – Litoral Sul – relatório final [disquete]. Vitória, BANDES, 1996.

OPORTUNIDADES no mercado de trabalho. **A Gazeta**, Vitória, 26 mar. 2000. p. 12

ORIENTA AMBIENTAL. **Estudo de impacto ambiental**. Duplicação da Rodovia do Sol-ES 060. Trecho: Rodovia Darly Santos – Setiba. Vitória, 1999. 166p.

PACHECO, Sandra, COLODETI, Luciana, BATISTA, Jussara. Petróleo capixaba & CO. Promessa de desenvolvimento. **TÓPICOS**, Vitória, n. 8, p. 10-14, fev./ mar. 2000.

PETROBRAS investe em poço no mar de Vitória. **A Gazeta**, Vitória, 21 abr. 2000. p. 8

PETROBRAS oferece mais 3 áreas no mar do ES. **Gazeta Mercantil** – Espírito Santo. São Paulo, 18 abr. 2000. p. 1

PETROBRAS. **O petróleo do norte capixaba** [transparências]. Linhares, maio 2000.

PETRÓLEO atrairá US\$ 15 bilhões para o Estado. **A Gazeta**, Vitória, 14 maio 2000. p. 12

PLANO de desenvolvimento urbano de Piúma. Vitória, 1998. 72 p.

SARLO, L. Refinaria sem dar bandeira. **Balanco anual** (Espírito Santo). São Paulo, v. 4, n. 4, p. 22 set. 1999.

UMA posição estratégica. **Balanco Anual** - Espírito Santo. São Paulo, v. 4, n. 4, p. 26 set. 1999.

VIEIRA, I. D. Motivo de preocupação. **A Gazeta**, Vitória, 16 mar. 2000. p. 5

“VITÓRIA é a campeã de violência no Brasil”. **A Gazeta**, Vitória, 10 dez. 1999.

## TABELAS - DADOS ESTATÍSTICOS

**Tabela 1** - Área territorial segundo os municípios da Região Litoral Sul, relação com a área regional e estadual e distância entre a sede e a Capital

Municípios	Área (Km <sup>2</sup> )	Relação com a Área Regional (%)	Relação com a Área Estadual (%)	Distância da Sede à Capital (Km)
Guarapari	599,00	25,26	1,30	53
Anchieta	420,30	17,72	0,91	75
Piúma	73,86	3,11	0,16	90
Itapemirim	566,29	23,88	1,23	122
Marataízes	132,44	5,59	0,29	127
Presidente Kennedy	579,44	24,44	1,25	154
<b>Total Região</b>	<b>2.371,33</b>	<b>100,00</b>	<b>5,13</b>	-
<b>Total Estado</b>	<b>46.184,10</b>	-	-	-

Fonte: IDAF, DER

**Tabela 2** - Bacias hidrográficas, áreas de drenagem total e municípios com área de contribuição às respectivas bacias na Região Litoral Sul

Bacias	Área de Drenagem Total (Km <sup>2</sup> )	Municípios com Área de Contribuição à Bacia	Área de Drenagem Municipal (Km <sup>2</sup> )
Rio Itabapoana	6.504	Itapemirim Marataízes Pres. Kennedy	158,0 100,0 495,0
Rio Itapemirim	5.620	Itapemirim Marataízes Pres. Kennedy	412,0 10,0 72,0
Rio Jucu	2.194	Guarapari	132,8
Rio Benevente	1.190	Anchieta Guarapari Piúma	420,0 166,4 12,8
Rio Novo	760	Piúma Itapemirim	61,2 127,0
Rio Guarapari	325	Guarapari	303,8

Fonte: SEAMA



**Tabela 3 - Áreas naturais protegidas da Região Litoral Sul****Estaduais**

<b>Denominação</b>	<b>Localização (Município)</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Instrumento de Criação</b>	<b>Inst. Resp.</b>
Área de Preservação Permanente do Morro da Concha	Vila Velha	-	Lei nº 4107 de 05/07/88	SEAMA
Área de Preservação Ambiental de Setiba	Guarapari	1296 0	Decreto nº 3747-N de 12/09/94	SEAMA
Área de Preservação Ambiental de Guanandy	Itapemirim e Piúma	5242	Decreto nº 3738-N de 12/08/94	SEAMA
Parque Estadual Paulo César Vinha	Guarapari	1500	Dec. Criação nº 2993-N 05/06/90 Dec. Desaprop. nº 4775 11/03/91	SEAMA
Reserva Ecológica de Jacarenema	Vila Velha	307	Lei nº 5427 de 28/07/97	SEAMA

Fonte: SIAMPES/SEAMA

**Municipais**

<b>Denominação</b>	<b>Localização (Município)</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Instrumento de Criação</b>	<b>Inst. Resp.</b>
Área de Preservação Permanente de Lagoa Grande	Vila Velha	4,3	Decreto nº 138 de 11/08/95	PMVV
Estação Ecológica Municipal Papagaio	Anchieta	457	Lei nº 17/92 de 26/07/92	PMA
Parque Ecológico de Jabaeté	Vila Velha	244	Decreto nº 059 de 1995	PMVV
Parque Municipal de Guarapari – Morro da Pescaria	Guarapari	110	Lei Municipal nº1.673/97 de 29/07/97	PMG

Fonte: SIAMPES/SEAMA

**Bens tombados**

<b>Denominação</b>	<b>Localização (Município)</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Instrumento de Criação</b>	<b>Inst. Resp.</b>
Bem natural integrante da cadeia de ilhas: do Meio, de Fora e dos Franceses	Piúma	-	Resolução 06/89 de 05/12/89 – Cec	-
Ilha do Gambá	Piúma	-	Resolução Nº 03/86 de 23/01/86	-
Mata Atlântica e seus ecossistemas associados	-	-	Resolução Nº 03/91	-
Monte Aghá	Piúma E Itapemirim	-	Resolução Nº 06/85 de 08/12/85 – Cec	-
Morro do Cruzeiro	Guarapari	-	Resolução 02/92 de 02/07/92	PMG
O Frade e a Freira	Itapemirim E Cachoeiro De Itapemirim	812,2	Resolução Nº 07/86 de 12/06/86 – Cec	-

Fonte: SIAMPES/SEAMA

**Tabela 4** - População segundo os municípios da Região Litoral Sul em comparação com o Estado e situação de domicílio - 1996

Município	População			Pop.Urb./ Pop. Total (%)	Pop. To- tal/Pop Total da Região (%)	Pop. Total da Região/Pop Total do Es- tado (%)
	Total	Urbana	Rural			
Guarapari	73.730	67.712	6.018	92	44,93	-
Anchieta	17.327	11.169	6.158	64	10,56	-
Piúma	12.227	11.431	796	93	7,45	-
Itapemirim	51.247	33.794	17.453	66	31,23	-
Presidente Kennedy	9.559	2.366	7.193	25	5,83	-
<b>Região Litoral Sul</b>	<b>164.090</b>	<b>126.472</b>	<b>37.618</b>	<b>77</b>	<b>100,00</b>	<b>5,85</b>
<b>Estado</b>	<b>2.802.707</b>	<b>2.176.006</b>	<b>626.701</b>	<b>78</b>	-	-

Fonte: Contagem da População, 1996 - IBGE

**Tabela 5** - Evolução da população segundo os municípios na Região Litoral Sul e Estado - 1970/1998

Município	1970	1980	1991	1996	1998 <sup>(1)</sup> (estimativa)
Guarapari	24.105	38.498	61.719	73.730	77.776
Anchieta	11.361	11.412	14.934	17.327	18.240
Piúma	3.983	5.342	9.430	12.227	12.960
Itapemirim	28.558	35.110	44.492	51.247	26.560
Marataízes	-	-	-	-	27.499
Pres. Kennedy	8.934	9.805	9.433	9.559	9.699
<b>Região Litoral Sul</b>	<b>76.941</b>	<b>100.167</b>	<b>140.008</b>	<b>164.090</b>	<b>172.734</b>
<b>Estado</b>			<b>2.600.618</b>	<b>2.802.707</b>	<b>2.895.577</b>

Fonte: IBGE

Nota: <sup>(1)</sup> População estimada

**Tabela 6** - Taxa média geométrica de crescimento anual da população segundo os municípios da Região Litoral Sul, situação de domicílio, densidade demográfica e comparação com o Estado - 1991/1996

Município	Taxa de Crescimento			Densidade Demográfica (Hab/Km <sup>2</sup> )
	Total	Urbana	Rural	
Guarapari	3,62	4,17	-1,60	123,09
Anchieta	3,02	4,90	0,06	41,22
Piúma	5,33	5,95	-1,72	165,54
Itapemirim	2,87	4,54	0,03	73,34
Presidente Kennedy	0,27	4,33	-0,88	16,50
<b>Região Litoral Sul<sup>(1)</sup></b>	<b>3,02</b>	<b>4,84</b>	<b>-1,04</b>	<b>97,94</b>
<b>Estado</b>	<b>1,51</b>	<b>2,49</b>	<b>-1,50</b>	<b>60,68</b>

Fonte: Censo Demográfico, 1991 - IBGE

Contagem de População, 1996 - IBGE

Nota: <sup>(1)</sup> Foi usada a média das taxas de crescimento municipais.

**Tabela 7** - População residente segundo os municípios da Região Litoral Sul e por situação de domicílio - 1970/1996

Município	População							
	1970		1980		1991		1996	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Anchieta	2290	9071	6142	5270	8793	6141	11169	6158
Guarapari	11213	13892	32085	6411	55196	6523	67712	6018
Itapemirim	7416	21142	17335	17775	27063	17429	33794	17453
Piúma	2258	1725	3939	1403	8562	868	11431	796
Presidente Kennedy	430	8504	1012	8793	1914	7519	2366	7193
<b>Total</b>	<b>23607</b>	<b>53334</b>	<b>60513</b>	<b>40688</b>	<b>101528</b>	<b>39830</b>	<b>126472</b>	<b>37618</b>

Fonte: IBGE

Nota: O Município de Marataízes foi instalado em 1997; portanto, sua população está incluída na população referente ao Município de Itapemirim.

**Tabela 8 - Taxas de Urbanização, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1970/1996**

Município	Taxa de Urbanização			
	1970	1980	1991	1996
Anchieta	20,16	53,82	58,88	64,46
Guarapari	44,66	83,35	89,43	91,84
Itapemirim	25,97	49,37	60,83	65,94
Marataízes	-	-	-	-
Piúma	56,69	73,74	90,80	93,49
Presidente Kennedy	4,81	10,32	20,29	24,75

Fonte: Censos Demográficos - IBGE

Nota: O município de Marataízes foi instalado em 1997 e portanto sua população está incluída no município de Itapemirim.

**Tabela 9 - Ocupação sazonal dos domicílios urbanos segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1991**

Município	Domicílios			Percentual	
	Ocupados (1)	Não Ocupados (2)	Total	Ocupados	Não Ocupados
Anchieta	3.447	1.641	5.088	67,75	32,25
Guarapari	15.027	14.639	29.666	50,65	49,35
Itapemirim	10.392	6.836	17.228	60,32	39,68
Piúma	2.293	2.401	4.694	48,85	51,15
Presidente Kennedy	2.283	666	2.949	77,42	22,58

Fonte: Censo Demográfico, 1991 - IBGE

Notas: (1) Particulares permanentes.

(2) Vago e de uso ocasional.

**Tabela 10 - Histórico da Ocupação da Região Litoral Sul**

Município	Origem do território / Época	Resumo Histórico
Guarapari	Aldeamento jesuítico/1569 Porto/século XIX	O aldeamento jesuítico sempre esteve sob a dependência do centro de catequese de Reritiba. Em 1679 foi elevado a categoria de vila. No início do século XIX, era uma das cinco vilas do Estado. O porto de Guarapari até 1890 era entreposto comercial em escala regional. Perdeu sua importância após a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo (Vitória-Cachoeiro), e com a interrupção da exploração de monazita. A cidade soergueu-se a partir de 1940, com o advento do turismo.
Anchieta	Aldeamento jesuítico/1565 Porto/século XIX	Sua colonização teve início com a vinda do Pe. José de Anchieta. Este construiu um centro de catequese, que polarizou o trabalho jesuítico no litoral sul do estado. Em 1750, era a mais importante aldeia da costa capixaba. Em 1759 foi elevada a categoria de vila. Em 1790, era, depois de Vitória, a vila mais populosa do estado. No século XIX foi porto de entrada de imigrantes, especialmente italianos, além de entreposto comercial. Foi elevada a categoria de cidade em 1887. No final do século XIX o município entrou em processo de estagnação, com a decadência do porto.  A partir da década de 50, inicia o processo de incremento das atividades urbanas voltadas para o turismo.
Piúma	Aldeamento jesuítico/segunda metade século XVI	O aldeamento inicial era ponto de apoio ao trabalho dos jesuítas em Benevente. Em 1780 foi criada uma colônia de pescadores. Foi porto de exportação de café da Colônia do Rio Novo. Em 1883 passou a categoria de vila, passando a fazer parte do município de Iconha. Em 1950, a Vila ressurgiu como balneário e porto pesqueiro.  Em 1963 foi desmembrado de Iconha.
Itapemirim/ Marataízes	Fazendas e engenhos de cana-de-açúcar/1771 Porto/século XIX	Em 1771, mineradores vindos da Serra do Castelo adquiriram um engenho de açúcar, onde é hoje a Vila de Itapemirim. A Vila localizava-se em posição estratégica, no entroncamento da Estrada Geral (Vitória-Rio) com estrada que fazia ligação com o interior.  Com a decadência do açúcar e emancipação de Cachoeiro de Itapemirim, o município perdeu importância.  No porto, localizado na Barra de Itapemirim, foi construído um trapiche, em 1886, que foi de suma importância para a movimentação de mercadorias, especialmente o café produzido na região de Cachoeiro. No início do século XX foi criada a Usina Paineira. Posteriormente iniciou-se a construção de estrada de

continua

**Tabela 10 - Histórico da Ocupação da Região Litoral Sul**

conclusão

Município	Origem do território / Época	Resumo Histórico
		ferro ligando o porto a Paineiras e esta a Cachoeiro. Mais tarde, com a estrada de ferro Vitória-Cachoeiro-Rio, o porto foi desativado. Com a construção da rodovia Vitória-Cachoeiro-Rio, via Rio Novo, na década de 50, Itapemirim ficou isolado.
		O município de Marataízes foi desmembrado de Itapemirim em 1997, abrangendo a Barra do Itapemirim e o balneário que deu nome ao novo município.
Presidente Kennedy	Fazenda jesuítica/século XVII (litoral) povoado de Batalha/final século XIX (região central)	No século XVII, jesuítas se estabeleceram na Fazenda Muribeca, onde construíram a Igreja de N.S. das Neves. Com a decadência da fazenda, os poucos habitantes do povoado transferiram-se no final do século XIX para um ponto mais central da região, onde formaram o povoado de Batalha. O núcleo urbano de Batalha, onde localiza-se hoje a sede do município, só passou a ter mais expressão em 1963, quando da emancipação de Presidente Kennedy do município de Itapemirim.

**Tabela 11 - Índices relativos de disponibilidade de serviços e ranking do Índice de Desenvolvimento Urbano, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1997**

Municípios	Energia (1)	Comunicação (2)	Água (3)	Esgoto (4)	Lixo (5)	Educação (6)	Saúde (7)	Comércio (8)	IDU	Ranking
Anchieta	0,1758	0,2370	1,0000	0,0070	0,4653	0,3109	0,0030	0,0122	0,4066	22º
Guarapari	0,2906	0,3506	1,0000	0,2820	0,5238	0,3116	0,0013	0,0000	0,4803	12º
Itapemirim	0,1439	0,3663	1,0000	0,0825	0,3830	0,2725	0,0024	0,0265	0,4055	23º
Marataízes	0,2185	0,3602	1,0000	0,0825	0,3737	0,2485	0,0000	0,0000	0,3454	35º
Piúma	0,2438	0,1688	1,0000	0,4834	0,6563	0,3211	0,0021	0,0248	0,5367	6º
Pres. Kennedy	0,0650	0,1457	0,2131	0,1200	0,1006	0,2767	0,0010	0,0025	0,1363	72º

Fonte: IJSN. Índice de Desenvolvimento Urbano, 1999

Notas: 1 – Consumo domiciliar médio mensal medido em MWh.

2 – Percentual de domicílios particulares permanentes com terminais residenciais.

3 – Percentual de domicílios abastecidos.

4 – Percentual de domicílios atendidos.

5 – Percentual de domicílios atendidos.

6 – Percentual de matrículas na pré-escola e no ensino fundamental em relação à população total.

7 – Percentual de leitos hospitalares a disposição do SUS em relação à população total.

8 – Percentual de empregos no comércio em relação à população total.

**Tabela 12** - Déficit habitacional segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1996

Município	Nº de DP's	Coabitacão	Percentual de Coabitacão	Nº de Domicílios Rústicos	Percentual de Domicílios Rústicos	Déficit Total	Déficit Relativo (%)
Anchieta	4332	271	6,26	145	3,35	417	9,62
Guarapari	19397	1478	7,62	1107	5,71	2585	13,33
Itapemirim	13173	925	7,02	464	3,52	1388	10,54
Marataízes	13700	961	7,01	483	3,53	1445	10,54
Piúma	3221	292	9,07	123	3,82	415	12,87
Presidente Kennedy	2482	93	3,75	330	13,3	423	17,03

Fonte: IJSN. Habitação do Espírito Santo: subsídio para programa de habitação popular, 1999  
 Nota: Foram projetados a partir dos parâmetros existentes em 1991.

**Tabela 13** - Utilização das terras, segundo a Região Litoral Sul e o Estado, por área de lavouras, pastagens, matas e florestas e terras produtivas não-utilizadas - 1995-1996

Região / Estado	Área de Lavouras (ha)		Área de Pastagens (ha)		Área de Matas e Florestas (ha)		Terras Produtivas não Utilizadas		Total
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	
Região Litoral Sul	42.919	23,4	106.807	58,3	20.362	11,1	4.821	2,6	183.150
Espírito Santo	881.107	25,2	1.821.069	52,1	544.597	15,6	92.249	2,6	3.488.725

Fonte: Censo Agropecuário do Espírito Santo 1995/96 - IBGE

Nota: As diferenças entre o somatório das áreas especificadas e os totais apresentados dizem respeito às terras inaproveitáveis (areais, pântanos, pedreiras, açudes etc.).

**Tabela 14** - Empregos formais e pessoal ocupado na agropecuária, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1995-1997

Municípios / Região	Pessoal Ocupado	Empregos Formais
	1996	1997
Anchieta	1.539	184
Guarapari	4.877	320
Itapemirim	7.035	2.065
Piúma	375	18
Presidente Kennedy	3.008	246
<b>Total Região</b>	<b>16.834</b>	<b>2.833</b>

Fonte: Censo Agropecuário do Espírito Santo, 1995/96 - IBGE, RAIS/MTB, 1997

**Tabela 15** - Participação do valor da produção das principais lavouras da Região Litoral Sul no total produzido no Estado - 1995-1996

Lavouras	Região	Estado	Região/Estado
Banana	2.504	23.357	10,72
Café em coco	2.456	428.698	0,57
Cana-de-açúcar	7.197	39.801	18,08
Coco-da-baía	587	6.621	8,86
Feijão em grãos	112	12.084	0,92
Mandioca	4.185	11.262	37,16
Milho em grãos	138	12.663	1,08
Arroz em casca	19	3.359	0,56
Abacaxi	8.774	8.947	98,06
Laranja	141	3.523	4,00
<b>Total</b>	<b>26.113</b>	<b>550.315</b>	<b>4,74</b>

Fonte: Censo Agropecuário do Estado do Espírito Santo 1995/1996 - IBGE

Nota: Valores em mil reais.



**Tabela 16** - Produção agrícola segundo os municípios da Região Litoral Sul – 1995-1996

Municípios	Abacaxi	Arroz	Cana	Feijão	Mandioca	Milho	Banana	Café	Coco	Laranja
Anchieta	-	49	669	68	951	33	329	2.056	540	448
Guarapari	-	15	617	49	668	126	814	1.640	631	1.258
Itapemirim	25.314	4	349.721	10	9.887	259	99	489	102	1.669
Marataízes	20.000	26	60.000	11	5.250	12	-	-	40	490
Piúma	24	6	-	8	74	12	19	233	7	-
Presidente Kennedy	5.200	29	22.103	67	45.542	266	36	437	-	-
<b>Total Região</b>	<b>50.538</b>	<b>129</b>	<b>433.110</b>	<b>213</b>	<b>62.372</b>	<b>708</b>	<b>1.297</b>	<b>4.855</b>	<b>1.320</b>	<b>3.865</b>

Fonte: Censo Agropecuário do Espírito Santo 1995/96 - IBGE

Nota: Produção em toneladas.

**Tabela 17** - Quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos de origem animal da Região Litoral Sul e participação regional no valor da produção estadual - 1995-1996

Produtos	Quantidade Produzida	Valor da Produção Regional	R\$ 1.000,00	
			Valor da Produção Estadual	Participação Regional (%)
Leite de vaca <sup>(1)</sup>	30.960	8.203	74.693	10,98
Ovos de galinha <sup>(2)</sup>	478	407	20.697	1,96

Fonte: Censo Agropecuário do Espírito Santo, 1995/96 - IBGE

Nota: (1) Em mil litros.

(2) Em mil dúzias.

**Tabela 18** - Produção de leite de vaca e ovos de galinha segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1995-1996

<b>Municípios</b>	<b>Região</b>	<b>Leite de Vaca (em mil litros)</b>	<b>Ovos de Galinha (em mil dúzias)</b>
Anchieta		2.410	36
Guarapari		3.420	391
Itapemirim		11.914	26
Marataízes		-	-
Piúma		676	3
Presidente Kennedy		12.540	22
<b>Total Região</b>		<b>30.960</b>	<b>478</b>

Fonte: Censo Agropecuário do Espírito Santo, 1995/96 - IBGE

**Tabela 19** - Efetivo de bovinos, suínos e aves e participação regional no total do Estado do Espírito Santo - 1995-1996

<b>Efetivo</b>	<b>Efetivo Regional</b>	<b>Efetivo Estadual</b>	<b>Participação Regional (%)</b>
Bovinos	122.365	1.788.748	6,84
Suínos	9.169	266.238	3,44
Aves <sup>(1)</sup>	316.268	7.629.000	4,14

Fonte: Censo Agropecuário do Espírito Santo, 1995/96 - IBGE

Nota: (1) Galinhas, frangos e pintos.

**Tabela 20** - Efetivo de bovinos, suínos e aves, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1995-1996

<b>Municípios</b> <b>Região</b>	<b>Bovinos</b>	<b>Suínos</b>	<b>Aves</b>
Anchieta	18.987	738	9.018
Guarapari	21.011	5.334	284.790
Itapemirim	27.124	1.636	8.606
Marataízes	-	-	-
Piúma	6.187	84	1.796
Presidente Kennedy	49.056	1.377	12.058
<b>Total Região</b>	<b>122.365</b>	<b>9.169</b>	<b>316.268</b>

Fonte: Censo Agropecuário do Espírito Santo, 1995/96 - IBGE

**Tabela 21** - Número de unidades industriais e pessoal ocupado, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1997

<b>Municípios</b> <b>Região</b>	<b>Unidades</b>	<b>%</b>	<b>Pessoal Ocupado</b>	<b>%</b>
Anchieta	45	13,43	863	14,87
Guarapari	171	51,4	1.880	32,40
Itapemirim	38	11,34	2.735	47,14
Marataízes	36	10,74	71	1,22
Piúma	39	11,64	91	1,56
Presidente Kennedy	6	1,79	161	2,77
<b>Total Região</b>	<b>335</b>		<b>5.801</b>	

Fonte: FINDES/IDEIES

**Tabela 22** - Número de unidades industriais e pessoal ocupado, na Região Litoral Sul em comparação ao total do Espírito Santo - 1997

<b>Região</b> <b>Estado</b>	<b>Unidades Industriais</b>	<b>%</b>	<b>Pessoal Ocupado</b>	<b>%</b>
Região	335	5,36	5.801	5,03
Espírito Santo	6.246	100,00	115.278	100,00

Fonte: FINDES/IDEIES

**Tabela 23** - Empregos formais no setor terciário segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1987/1997

<b>Municípios</b> <b>Região</b>	<b>1987</b>	<b>1991</b>	<b>1993</b>	<b>1995</b>	<b>1997</b>
Guarapari	4.162	4.652	5.040	11.150	13.127
Anchieta	661	720	1.102	2.211	1.848
Piúma	285	342	448	667	739
Itapemirim	1.149	1.355	1.870	2.601	2.054
Marataízes <sup>(*)</sup>	-	-	-	-	-
Presidente Kennedy	203	293	320	386	440
<b>Total da Região</b>	<b>6.460</b>	<b>7.362</b>	<b>8.780</b>	<b>17.015</b>	<b>18.208</b>

Fonte: RAIS/MTB

Notas: <sup>(\*)</sup>Município criado recentemente; não é contemplado pela base de registro administrativo.

**Tabela 24 - Receita total dos municípios da Região Litoral Sul, por categoria econômica - 1997-1998**

Município	Ano	População Total	Receita Total			Receitas Correntes			Receitas de Capital		
			Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>	Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>	Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>
Anchieta	1997	17.823	11.470.910	643,60	100	11.470.910	643,60	100	0	0,00	0,00
	1998	18.240	11.430.741	626,69	100	11.430.741	626,69	100	0	0,00	0,00
Guarapari	1997	75.926	16.651.700	219,31	100	16.048.698	211,37	96,38	603.002	7,94	3,62
	1998	77.776	27.511.035	353,72	100	26.667.117	342,87	96,93	843.918	10,85	3,07
Itapemirim	1997	25.928	7.154.747	275,95	100	7.154.747	275,95	100	0	0,00	0,00
	1998	26.560	9.009.658	339,22	100	8.948.890	336,93	99,33	60.768	2,29	0,67
Marataízes	1997	26.845	4.696.934	174,96	100	4.696.934	174,96	100	0	0,00	0,00
	1998	27.499	5.720.052	208,01	100	5.720.052	208,01	100	0	0,00	0,00
Piúma	1997	12.625	4.206.019	333,15	100	4.206.019	333,15	100	0	0,00	0,00
	1998	12.960	4.910.375	378,89	100	4.874.657	376,13	99,27	35.718	2,76	0,73
Presidente Kennedy	1997	9.635	3.468.623	360,00	100	3.456.846	358,78	99,66	11.777	1,22	0,34
	1998	9.699	4.355.804	449,10	100	4.183.292	431,31	96,04	172.512	17,79	3,96

Fonte: Balanços Municipais - Tribunal de Contas/ES

Notas: (1) Participação da receita corrente e de capital no total da receita.

(2) Foram considerados como receitas correntes os lançamentos de FPM e ICMS de capital.

**Tabela 25 - Receitas correntes dos municípios da Região Litoral Sul - 1997-1998**

Município	Ano	População Total	Receitas Correntes			Próprias			Tributárias			Impostos		
			Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>	Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>	Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>	Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>
Anchieta	1997	17.823	11.470.910	643,60	100	3.357.464	188,38	29,27	2.992.686	167,91	89,14	2.632.109	147,68	78,40
	1998	18.240	11.430.741	626,69	100	2.978.504	163,30	26,06	1.701.310	93,27	57,12	1.309.460	71,79	43,96
Guarapari	1997	75.926	16.048.698	211,37	100	9.122.122	120,14	56,84	7.443.633	98,04	81,60	5.109.684	67,30	56,01
	1998	77.776	26.667.117	342,87	100	16.440.567	211,38	61,65	10.310.280	132,56	62,71	5.636.471	72,47	34,28
Itapemirim	1997	25.928	7.154.747	275,95	100	796.721	30,73	11,14	550.713	21,24	69,12	448.076	17,28	56,24
	1998	26.560	8.948.890	336,93	100	1.388.121	52,26	15,51	436.725	16,44	31,46	340.618	12,82	24,54
Marataízes	1997	26.845	4.696.934	174,96	100	1.542.559	57,46	32,84	1.503.696	56,01	97,48	935.153	34,84	60,62
	1998	27.499	5.720.052	208,01	100	1.766.572	64,24	30,88	1.231.333	44,78	69,70	1.005.340	36,56	56,91
Piúma	1997	12.625	4.206.019	333,15	100	1.363.764	108,02	32,42	1.241.345	98,32	91,02	724.637	57,40	53,14
	1998	12.960	4.874.657	376,13	100	1.682.236	129,80	34,51	960.598	74,12	57,10	730.258	56,35	43,41
Presidente Kennedy	1997	9.635	3.456.846	358,78	100	192.702	20,00	5,57	148.883	15,45	77,26	87.810	9,11	45,57
	1998	9.699	4.183.292	431,31	100	396.417	40,87	9,48	138.751	14,31	35,00	103.478	10,67	26,10

Fonte: Balanços Municipais - Tribunal de Contas /ES

Notas: (1) Participação da receita própria, tributária, de impostos no total da receita corrente.

(2) Foram considerados como receitas correntes os lançamentos de FPM e ICMS de capital.

**Tabela 26 - Receitas de transferência dos municípios da Região Litoral Sul - 1997-1998**

Município	Ano	População Total	Corrente Total			Transferências			Fpm			Icms			Outras Transferências		
			Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>	Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>	Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>	Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>	Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>
Anchieta	1997	17.823	11.470.910	643,60	100	8.113.446	455,22	70,73	1.866.518	104,73	16,27	5.343.578	299,81	46,58	903.350	50,68	7,88
	1998	18.240	11.430.741	626,69	100	8.452.237	463,39	73,94	1.992.042	109,21	17,43	5.275.080	289,20	46,15	1.185.115	64,97	10,37
Guarapari	1997	75.926	16.048.698	211,37	100	6.926.576	91,23	43,16	3.032.822	39,94	18,90	3.299.719	43,46	20,56	594.035	7,82	3,70
	1998	77.776	26.667.117	342,87	100	10.226.550	131,49	38,35	4.535.594	58,32	17,01	3.730.535	47,97	13,99	1.960.421	25,21	7,35
Itapemirim	1997	25.928	7.154.747	275,95	100	6.358.026	245,22	88,86	3.291.669	126,95	46,01	2.695.434	103,96	37,67	370.923	14,31	5,18
	1998	26.560	8.948.890	336,93	100	7.560.769	284,67	84,49	3.838.920	144,54	42,90	2.618.900	98,60	29,27	1.102.949	41,53	12,32
Marataízes	1997	26.845	4.696.934	174,96	100	3.154.375	117,50	67,16	2.094.588	78,03	44,59	837.953	31,21	17,84	221.834	8,26	4,72
	1998	27.499	5.720.052	208,01	100	3.953.480	143,77	69,12	2.442.243	88,81	42,70	817.508	29,73	14,29	693.729	25,23	12,13
Piúma	1997	12.625	4.206.019	333,15	100	2.842.255	225,13	67,58	1.496.135	118,51	35,57	970.207	76,85	23,07	375.913	29,78	8,94
	1998	12.960	4.874.657	376,13	100	3.192.421	246,33	65,49	1.744.460	134,60	35,79	931.586	71,88	19,11	516.375	39,84	10,59
Presidente Kennedy	1997	9.635	3.456.846	358,78	100	3.264.144	338,78	94,43	1.496.135	155,28	43,28	1.579.955	163,98	45,71	188.054	19,52	5,44
	1998	9.699	4.183.292	431,31	100	3.786.875	390,44	90,52	1.744.460	179,86	41,70	1.604.683	165,45	38,36	437.732	45,13	10,46

Fonte: Balanços Municipais - Tribunal de Contas/ES

Notas: <sup>(1)</sup> Participação das transferências, do FMP, do ICMS e de outras transferências no total da receita corrente.

<sup>(2)</sup> Foram considerados como receita corrente os lançamentos de FPM e ICMS de capital.

**Tabela 27 - Despesa total dos municípios da Região Litoral Sul - 1997-1998**

Município	Ano	População Total	Despesa Total			Despesas Correntes			Despesas De Capital		
			Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>	Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>	Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>
Anchieta	1997	17.823	11.977.101	672,00	100	11.167.059	626,55	93,24	810.042	45,45	6,76
	1998	18.240	13.453.433	737,58	100	12.892.210	706,81	95,83	561.223	30,77	4,17
Guarapari	1997	75.926	18.210.197	239,84	100	15.963.924	210,26	87,66	2.246.273	29,59	12,34
	1998	77.776	35.844.698	460,87	100	26.602.078	342,03	74,21	9.242.620	118,84	25,79
Itapemirim	1997	25.928	6.957.106	268,32	100	6.076.165	234,35	87,34	880.941	33,98	12,66
	1998	26.560	9.181.587	345,69	100	8.468.207	318,83	92,23	713.380	26,86	7,77
Marataízes	1997	26.845	5.006.324	186,49	100	4.344.144	161,82	86,77	662.180	24,67	13,23
	1998	27.499	6.543.786	237,96	100	6.133.951	223,06	93,74	409.835	14,90	6,26
Piúma	1997	12.625	4.683.442	370,97	100	4.412.270	349,49	94,21	271.172	21,48	5,79
	1998	12.960	5.447.682	420,35	100	5.079.309	391,92	93,24	368.373	28,42	6,76
Presidente Kennedy	1997	9.635	3.586.388	372,23	100	3.250.443	337,36	90,63	335.945	34,87	9,37
	1998	9.699	5.049.877	520,66	100	4.668.073	481,29	92,44	381.804	39,37	7,56

Fonte: Balanços Municipais - Tribunal de Contas/ES

Nota: <sup>(1)</sup> Participação da despesa corrente e de capital no total da despesa.

**Tabela 28 - Despesa de Pessoal segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1997-1998**

Município	Ano	População Total	Despesa Total			Pessoal		
			Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>	Total	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>
Anchieta	1997	17.823	11.977.101	672,00	100	5.304.307	297,61	44,29
	1998	18.240	13.453.433	737,58	100	5.933.626	326,31	44,10
Guarapari	1997	75.926	18.210.197	239,84	100	9.650.359	127,10	52,99
	1998	77.776	35.844.698	460,87	100	14.300.411	183,87	39,90
Itapemirim	1997	25.928	6.957.106	268,32	100	2.910.084	112,24	41,83
	1998	26.560	9.181.587	345,69	100	3.414.171	128,55	37,18
Marataízes	1997	26.845	5.006.324	186,49	100	2.112.291	78,68	42,19
	1998	27.499	6.543.786	237,96	100	3.365.181	122,37	51,43
Piúma	1997	12.625	4.683.442	370,97	100	2.238.209	177,28	47,79
	1998	12.960	5.447.682	420,35	100	2.491.653	192,26	45,74
Presidente Kennedy	1997	9.635	3.586.388	372,23	100	1.417.356	147,10	39,52
	1998	9.699	5.049.877	520,66	100	2.267.987	233,84	44,91

Fontes: Balanços Municipais - Tribunal de Contas/ES

Notas: <sup>(1)</sup>Participação das despesas com pessoal na Despesa Total.

<sup>(2)</sup>Nas despesas de pessoal foram consideradas as despesas com inativos.

**Tabela 29 - Despesa de investimento dos municípios da Região Litoral Sul - 1997-1998**

Município	Ano	População Total	Despesa Total			Investimentos			Outras Despesas		
			Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>	Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>	Valor	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>
Anchieta	1997	17.823	11.977.101	672,00	100	805.525	45,20	6,73	11.171.576	626,81	93,27
	1998	18.240	13.453.433	737,58	100	561.223	30,77	4,17	12.892.210	706,81	95,83
Guarapari	1997	75.926	18.210.197	239,84	100	1.768.357	23,29	9,71	16.441.840	216,55	90,29
	1998	77.776	35.844.698	460,87	100	8.322.481	107,01	23,22	27.522.217	353,87	76,78
Itapemirim	1997	25.928	6.957.106	268,32	100	758.658	29,26	10,90	6.198.448	239,06	89,10
	1998	26.560	9.181.587	345,69	100	608.745	22,92	6,63	8.572.842	322,77	93,37
Marataízes	1997	26.845	5.006.324	186,49	100	656.909	24,47	13,12	4.349.415	162,02	86,88
	1998	27.499	6.543.786	237,96	100	399.835	14,54	6,11	6.143.951	223,42	93,89
Piúma	1997	12.625	4.683.442	370,97	100	256.379	20,31	5,47	4.427.063	350,66	94,53
	1998	12.960	5.447.682	420,35	100	295.882	22,83	5,43	5.151.800	397,52	94,57
Presidente Kennedy	1997	9.635	3.586.388	372,23	100	272.632	28,30	7,60	3.313.756	343,93	92,40
	1998	9.699	5.049.877	520,66	100	182.196	18,79	3,61	4.867.681	501,87	96,39

Fonte: Balanços Municipais - Tribunal de Contas/ES

Nota: <sup>(1)</sup> Participação dos Investimentos e Outras Despesas na Despesa Total.

**Tabela 30** - Esperança de vida ao nascer, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1970/1980/1991

Estado / Região / Municípios	Esperança de vida ao nascer (em anos)		
	1970	1980	1991
<b>Estado</b>	<b>52,83</b>	<b>58,90</b>	<b>63,81</b>
<b>Região (*)</b>	<b>53,92</b>	<b>60,30</b>	<b>64,35</b>
Guarapari	57,75	62,39	64,69
Anchieta	55,47	61,82	66,32
Piúma	52,52	60,97	65,12
Itapemirim	50,52	58,16	62,83
Marataízes	-	-	-
Pres. Kennedy	53,34	58,16	62,82

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 1996 PNUD/IPEA/FJP

Notas: <sup>(\*)</sup>Média aritmética dos índices municipais.

**Tabela 31** - Indicadores de Saúde segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1996

Municípios/ Região/Estado	Coefficiente de Natalidade	Coefficiente de Mortalidade Geral	Coefficiente de Mortalidade Infantil
Guarapari	20,74	5,78	20,27
Anchieta	24,24	4,27	11,90
Piúma	20,28	3,44	12,10
Itapemirim	46,07	10,37	14,66
Marataízes	-	-	-
Presidente Kennedy	17,05	5,54	12,27
<b>Região (*)</b>	<b>25,67</b>	<b>5,88</b>	<b>14,24</b>
<b>Estado</b>	<b>20,14</b>	<b>5,87</b>	<b>21,69</b>

Fonte: SESA

Notas: <sup>(\*)</sup> Média aritmética dos índices municipais.

<sup>(1)</sup>O coeficiente de natalidade é calculado dividindo-se o número de nascidos vivos pela população total e multiplicando-se por 1.000.

<sup>(2)</sup>O coeficiente de mortalidade geral é calculado dividindo-se o número de óbitos gerais circunscritos a uma determinada área pela respectiva população e multiplicando-se por 1.000.

<sup>(3)</sup>O coeficiente de mortalidade infantil é calculado dividindo-se o número de óbitos de menores de 1 (um) ano pelos nascidos vivos e multiplicando-se por 1.000.



**Tabela 32** - Número de leitos à disposição do SUS, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1995-1998

Municípios/Região	Número de Leitos			
	1995	1996	1997	1998
Guarapari	100	96	96	94
Anchieta	54	54	54	55
Piúma	26	26	26	26
Itapemirim	147	62	62	115
Marataízes	-	-	-	-
Presidente Kennedy	10	10	10	14
<b>Total Região</b>	<b>337</b>	<b>248</b>	<b>248</b>	<b>304</b>

Fonte: SESA

**Tabela 33** - Matrícula inicial na pré-escola, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1994-1998

Municípios/Região	Número de Matrículas				
	1994	1995	1996	1997	1998
Guarapari	2.340	2.324	2.112	2.788	2.590
Anchieta	629	652	935	1.194	835
Piúma	385	626	555	756	771
Itapemirim	1.589	1.574	1.743	1.004	970
Marataízes	-	-	-	1.175	878
Presidente Kennedy	408	358	412	473	263
<b>Total Região</b>	<b>5.351</b>	<b>5.534</b>	<b>5.757</b>	<b>7.390</b>	<b>6.307</b>

Fonte: SEDU

**Tabela 34** - Matrícula inicial no ensino fundamental segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1994-1998

Municípios/Região	Ensino Fundamental				
	1994	1995	1996	1997	1998
Guarapari	15.257	16.023	16.198	17.428	18.314
Anchieta	3.556	3.691	3.057	3.935	3.978
Piúma	1.447	2.752	2.777	2.650	2.990
Itapemirim	9.534	9.730	10.729	5.331	5.828
Marataízes	-	-	-	5.058	5.454
Pres. Kennedy	1.975	1.991	2.060	2.006	2.081
<b>Região</b>	<b>31.769</b>	<b>34.187</b>	<b>34.821</b>	<b>36.408</b>	<b>38.645</b>

Fonte: SEDU

**Tabela 35** - Matrícula inicial no ensino médio, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1994-1998

Municípios / Região	Ensino Médio				
	1994	1995	1996	1997	1998
Guarapari	2.135	2.545	3.303	3.444	3.664
Anchieta	644	732	767	842	812
Piúma	174	427	496	461	621
Itapemirim	1.163	1.098	1.073	1.024	1.173
Marataízes	-	-	-	424	657
Pres. Kennedy	153	145	170	187	248
<b>Região</b>	<b>4.269</b>	<b>4.947</b>	<b>5.809</b>	<b>6.382</b>	<b>7.175</b>

Fonte: SEDU

**Tabela 36** - Taxa de atendimento escolar na pré-escola, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1996

Municípios/Região	Matrícula na Pré-escola	População Faixa Etária de 4 a 6 anos	Taxa de Escolarização (%)
Guarapari	2.112	4.215	50,0
Anchieta	935	1.038	90,1
Piúma	555	773	71,8
Itapemirim	1.743	2.098	83,0
Marataízes	878	950	95,4
Pres. Kennedy	412	590	69,8
<b>Região</b>	<b>6.635</b>	<b>9.664</b>	<b>68,6</b>

Fonte: SEDU

Nota: Elaboração: IPES.

**Tabela 37** - Taxa de atendimento escolar no ensino fundamental, segundo os municípios da Região Litoral Sul -1996

Municípios/Região	Matrícula de 7 a 14 anos	População de 7 a 14 anos	Taxa de Escolarização (%)
Guarapari	12.764	13.009	98,0
Anchieta	2.454	3.159	77,7
Piúma	2.054	2.201	93,0
Itapemirim	4.265	4.725	90,0
Marataízes	4.723	4.870	97,0
Pres. Kennedy	1.784	1.854	96,2
<b>Região</b>	<b>28.044</b>	<b>29.818</b>	<b>94,0</b>

Fonte: SEDU

Nota: Elaboração: IPES.

**Tabela 38** - Relação aluno/professor no total da matrícula na pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1998

Municípios/Região	Matrícula Total	Total de Docentes	Relação Aluno/ Professor
Guarapari	24.568	1.065	23,0
Anchieta	5.625	284	19,8
Piúma	4.382	199	22,0
Itapemirim	7.971	309	26,0
Marataízes	6.989	289	24,2
Pres. Kennedy	2.592	201	12,9
<b>Região</b>	<b>52.127</b>	<b>2.347</b>	<b>22,2</b>

Fonte: SEDU  
Nota: Elaboração: IPES.

**Tabela 39** - Taxa de analfabetismo de 15 anos e mais e população, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1991

Municípios/Região/ Estado	População Total	População Total 15 anos e mais	Analfabetismo 15 anos e mais	
			Absoluto	%
Guarapari	65.719	40.484	6.355	15,7
Anchieta	14.226	9671	2.011	20,8
Piúma	9.946	5.960	971	16,3
Itapemirim	42.848	28.099	6.743	24,0
Marataízes	-	-	-	-
Pres. Kennedy	8.680	5.836	1.920	32,9
<b>Região</b>	<b>141.419</b>	<b>90.050</b>	<b>18.000</b>	<b>19,9</b>
<b>Estado</b>	<b>2.664.064</b>	<b>1.691.552</b>	<b>301.058</b>	<b>17,7</b>

Fonte: IBGE

**Tabela 40** - Percentagem da população de 25 anos e mais com menos de 4, 8 e 11 anos de estudo, segundo os municípios da Região Litoral Sul – 1980/ 1991

Municípios / Região / Estado	Menos de 4 anos de Estudo		Menos de 8 anos de Estudo		Menos de 11 anos de Estudo	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
Guarapari	54,0	38,9	83,6	73,5	96,8	95,5
Anchieta	62,2	49,5	90,7	83,9	98,2	98,1
Piúma	68,6	46,4	92,7	77,1	98,8	96,0
Itapemirim	72,2	51,8	91,5	81,2	98,6	97,0
Marataízes	-	-	-	-	-	-
Pres. Kennedy	81,4	61,9	98,1	91,0	99,1	98,8
<b>Região</b>	<b>67,0</b>	<b>49,0</b>	<b>91,3</b>	<b>81,3</b>	<b>98,3</b>	<b>97,0</b>
<b>Estado</b>	<b>57,8</b>	<b>43,5</b>	<b>84,7</b>	<b>72,3</b>	<b>95,0</b>	<b>92,4</b>

Fonte: Atlas do desenvolvimento do Brasil, 1997 - PNDU/IPEA/FJP

**Tabela 41** - Mapa da violência nos municípios-pólo do Estado do Espírito Santo – 1998

Municípios	Nº de Vítimas	População	Média por cada 100.000 hab
Serra	380	292.523	129,90
Viana	53	50.100	105,78
Cariacica	299	313.427	95,39
Vila Velha	281	312.059	90,04
Vitória	171	269.135	63,53
Guarapari	40	77.776	51,42
Cach. Itapemirim	41	153.559	26,69
Colatina	38	106.472	35,69
Linhares	32	105.380	30,38

Fonte: Movimento Nacional dos Direitos Humanos

**Tabela 42 - Emprego formal no setor primário, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1987/1997**

Municípios	1987	1991	1993	1995	1997
Itapemirim	354	417	166	1.034	2.065
Guarapari	56	86	111	271	320
P. Kennedy	0	77	94	224	246
Anchieta	61	101	33	189	184
Piúma	0	7	1	14	18
Marataízes <sup>(*)</sup>	-	-	-	-	-
<b>Total Região</b>	<b>471</b>	<b>688</b>	<b>405</b>	<b>1.732</b>	<b>2.833</b>

Fonte: RAIS/MTB

Nota: <sup>(\*)</sup>Município criado recentemente; não é contemplado pela base de registro administrativo.

**Tabela 43 - Emprego formal no setor secundário, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1987/1997**

Municípios	1987	1991	1993	1995	1997
Guarapari	847	1.521	1.478	4.609	4.417
Anchieta	804	796	754	1.147	3.839
Itapemirim	1.962	1.559	2.152	3.738	2.891
Piúma	30	42	70	193	187
P. Kennedy	4	44	96	121	162
Marataízes <sup>(*)</sup>	-	-	-	-	-
<b>Total Região</b>	<b>3.647</b>	<b>3.962</b>	<b>4.550</b>	<b>9.808</b>	<b>11.496</b>

Fonte: RAIS/MTB

Notas: <sup>(\*)</sup>Município criado recentemente; não é contemplado pela base de registro administrativo.

Evolução entre 1987 e 1997:

<b>Região</b>	<b>- acréscimo de 215%</b>
Guarapari	- acréscimo de 421%
Anchieta	- acréscimo de 377%
Piúma	- acréscimo de 523%
Itapemirim	- acréscimo de 47%
Presidente Kennedy	- acréscimo de 3.950%.

**Tabela 44 - Emprego formal no setor terciário, segundo os municípios da Região Litoral Sul - 1987/1997**

Municípios	1987	1991	1993	1995	1997
Guarapari	4.162	4.652	5.040	11.150	13.127
Itapemirim	1.149	1.355	1.870	2.601	2.054
Anchieta	661	720	1.102	2.211	1.848
Piúma	285	342	448	667	739
Presidente Kennedy	203	293	320	386	440
Marataízes <sup>(*)</sup>	-	-	-	-	-
<b>Total Região</b>	<b>6.460</b>	<b>7.362</b>	<b>8.780</b>	<b>17.015</b>	<b>18.208</b>

Fonte: RAIS/MTE

Notas <sup>(\*)</sup>Município criado recentemente; não é contemplado pela base de registro administrativo.  
Evolução entre 1987 e 1997:

Região	-	acréscimo de 181%
Guarapari	-	acréscimo de 215%
Anchieta	-	acréscimo de 179%
Piúma	-	acréscimo de 159%
Itapemirim	-	acréscimo de 78%
Presidente Kennedy	-	acréscimo de 116%

**Tabela 45 - Total de empregados<sup>(\*)</sup>, segundo os municípios da Região Litoral Sul e por grandes setores de atividade econômica - 1997**

Municípios/ Região/ Estado	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária Vegetal Caça e Pesca	Outros/ Ignorado	Total	%Total em Relação à Região
Guarapari	1.442	2.975	4.407	8.720	320	11	17.875	55
Anchieta	1.013	2.826	183	1.665	184	0	5.871	18
Piúma	105	82	239	500	18	0	944	3
Itapemirim	2.821	70	783	1.271	2.065	0	7.010	21
Marataízes(**)	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Kennedy	141	21	66	374	246	0	848	3

continua

**Tabela 45** - Total de empregados<sup>(\*)</sup>, segundo os municípios da Microrregião Metropolitana e por grandes setores de atividade econômica - 1997

conclusão

Municípios/ Região/ Estado	Indús- tria	Constru- ção Civil	Comér- cio	Servi- ços	Agrope- cuária Vegetal Caça e Pesca	Outros/ Ignorado	Total	%Total em Re- lação à Região
Região Litoral Sul	<b>5.522</b>	<b>5.974</b>	<b>5.678</b>	<b>12.530</b>	<b>2.833</b>	<b>11</b>	<b>32.548</b>	<b>100</b>
% setor em relação ao total Região	17	18	17	38	9	1	100	
<b>Estado</b>	<b>110.390</b>	<b>75.553</b>	<b>122.422</b>	<b>297.062</b>	<b>30.319</b>	<b>184</b>	<b>635.930</b>	
% setor da Região em Relação ao setor do Estado	5	8	5	4	9	6	5	

Fonte: RAIS/MTB

Notas: <sup>(\*)</sup>Em 31/12/97.

(\*\*) Município criado recentemente, não é contemplado pela base de registro administrativo.

**Tabela 46** - Despesa de pessoal dos municípios do Litoral Sul do Estado do Espírito Santo - 1997-1998

Município	Ano	População Total	Despesa Total			Pessoal		
			Valor	Per Capi- ta	A% <sup>(1)</sup>	Total	Per Capita	A% <sup>(1)</sup>
Anchieta	1997	17.823	11.977.101	672,00	100	5.304.307	297,61	44,29
	1998	18.240	13.453.433	737,58	100	5.933.626	325,31	44,10
Guarapari	1997	75.926	18.210.197	239,84	100	9.650.359	127,10	52,99
	1998	77.776	35.844.698	460,87	100	14.300.411	183,87	39,90
Itapemirim	1997	25.928	6.957.106	268,32	100	2.910.084	112,24	41,83
	1998	26.560	9.181.587	345,69	100	3.414.171	128,55	37,18
Marataízes	1997	26.845	5.006.324	186,49	100	2.112.291	78,68	42,19
	1998	27.499	6.543.786	237,96	100	3.365.181	122,37	51,43
Piúma	1997	12.625	4.683.442	370,97	100	2.238.209	177,28	47,79
	1998	12.960	5.447.682	420,35	100	2.491.653	192,26	45,74
Presidente Kennedy	1997	9.635	3.586.388	372,23	100	1.417.356	147,10	39,52
	1998	9.699	5.049.877	520,66	100	2.267.987	233,84	44,91

Fonte: Tribunal de Contas/ES

Notas: <sup>(1)</sup> Participação das despesas com pessoal na Despesa Total.

Nas despesas de pessoal foram consideradas as despesas com inativos.